



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAÍBA**



**RESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**CABEDELO/PB
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAÍBA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado ao Órgão de Controle Externo Federal, sob a supervisão do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, na forma de Prestação de Contas Anual a que estão sujeitos todos os Órgãos da Administração Pública Federal, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado em conformidade com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**CABEDELO/PB
MARÇO/2012**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

CIGE - Centro Integrado de Gestão Estratégica

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

e-LOG – Sistema Eletrônico de Logística

COF – Coordenação de Orçamento e Finanças

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

UCI – Unidade de Controle Interno

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E DECLARAÇÕES

<i>Organograma Funcional da SR/DPF/PB</i>	8
<i>Quadro I – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual</i>	13
<i>Quadro II – Resultados da Operação Sentinela (segunda etapa)</i>	29
<i>Quadro III – Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo</i>	29
<i>Quadro IV- Comportamento dos Gastos de Custeio da SR/DPF/PB</i>	32
<i>Quadro V- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações</i>	33
<i>Quadro VI - Dados Gerais da Ação 2586</i>	34
<i>Quadro VII - Execução Financeira da Ação 2586 realizada pela Unidade</i>	35
<i>Quadro VIII - Dados Gerais da Ação 2679</i>	35
<i>Quadro IX - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade</i>	35
<i>Quadro X - Controle de produtos químicos realizado pela DRE/SR/DPF/PB</i>	36
<i>Quadro XI - Dados Gerais da Ação 2720</i>	36
<i>Quadro XII - Execução Financeira da Ação 2720 realizada pela Unidade</i>	36
<i>Quadro XIII - Dados Gerais da Ação 2726</i>	37
<i>Quadro XIV - Execução Financeira da Ação 2726 realizada pela Unidade</i>	38
<i>Quadro XV – Índice de Controle de Segurança Privada</i>	38
<i>Quadro XVI – Laudos Periciais Criminais Produzidos</i>	39
<i>Quadro XVII – Informações Técnicas Produzidas</i>	39
<i>Quadro XVIII – Produção de Natureza Técnica dos Papiloscopistas Policiais Federais</i>	39
<i>Quadro XIX – Documentos Emitidos com Base no SINIC</i>	39
<i>Quadro XX – Índice de Crimes</i>	40
<i>Quadro XXI – Principais Operações Policiais Realizadas nessa Ação e Resultados</i>	40
<i>Quadro XXII - Dados Gerais da Ação 4572</i> ..	40
<i>Quadro XXIII - Execução Financeira da Ação 4572 realizada pela Unidade</i> .	41
<i>Quadro XXIV - Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2011</i>	42
<i>Quadro XXV - Dados Gerais do Programa 1353</i>	43
<i>Quadro XXV - Dados Gerais do Programa 0089</i>	44
<i>Quadro XXVII - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ</i>	45

<i>Quadro XXVIII - Unidades Responsáveis pela Programação Orçamentária</i>	<i>46</i>
<i>Quadro XXIX - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i>	<i>46</i>
<i>Quadro XXX - Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ</i>	<i>47</i>
<i>Quadro XXXI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa Créd. Originários UJ.....</i>	<i>48</i>
<i>Quadro XXXII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa Créd. Originários UJ</i>	<i>48</i>
<i>Quadro XXXIII – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</i>	<i>50</i>
<i>Quadro XXXIV - Composição do Quadro de Recursos Humanos.....</i>	<i>51</i>
<i>Quadro XXXV – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ</i>	<i>51</i>
<i>Quadro XXXVI – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão/Funções Gratificadas da UJ..</i>	<i>52</i>
<i>Quadro XXXVII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária</i>	<i>52</i>
<i>Quadro XXXVIII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade.....</i>	<i>53</i>
<i>Quadro XXXIX – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	<i>53</i>
<i>Quadro XL - Quadro de Instituidores de Pensão</i>	<i>54</i>
<i>Quadro XLI - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores.....</i>	<i>54</i>
<i>Quadro XLII - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva .</i>	<i>55</i>
<i>Quadro XLIII - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra</i>	<i>55</i>
<i>Quadro XLIV – Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Locação de Mão de Obra</i>	<i>56</i>
<i>Quadro XLV - Declaração do Responsável pela Área de Contratos.....</i>	<i>58</i>
<i>Quadro XLVI– Demonstrativo do Cumprimento da Obrigação dos Servidores de Entregar DBR ..</i>	<i>59</i>
<i>Quadro XLVII - Estrutura de Controles Internos da SR/DPF/PB.....</i>	<i>59</i>
<i>Quadro XLVIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	<i>61</i>
<i>Quadro XLIX - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especialda União</i>	<i>63</i>
<i>Quadro L - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados</i>	<i>63</i>
<i>Quadro LI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Resp. da Unidade</i>	<i>64</i>
<i>Quadro LII - Gestão de TI da UJ.....</i>	<i>64</i>
<i>Quadro LIII – Despesas pagas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Suprido</i>	<i>66</i>
<i>Quadro LIV – Despesas pagas com Cartão Corporativo por UG Regime Especial.....</i>	<i>66</i>
<i>Quadro LV – Despesas de Pequeno Vulto Com Cartão de Crédito Corporativo (S.Histórica)</i>	<i>67</i>
<i>Quadro LIX - Declaração do Contador Responsável.....</i>	<i>70</i>

SUMÁRIO

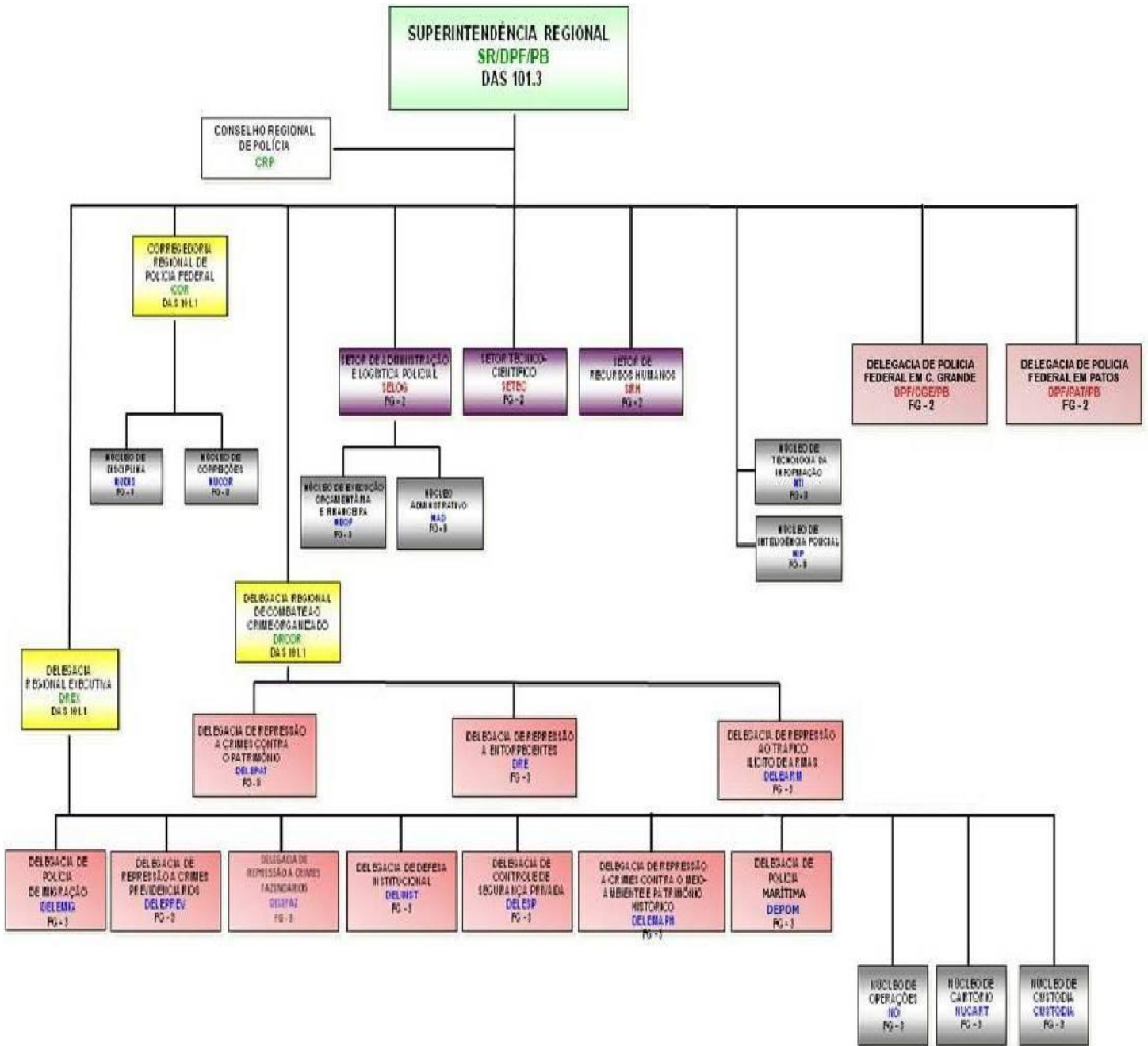
SEÇÃO I.....	8
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	8
SEÇÃO II.....	9
INTRODUÇÃO	9
1. INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO	13
SEÇÃO III.....	14
DESENVOLVIMENTO.....	14
2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira	14
2.1) Responsabilidades institucionais	15
2.1.1) Competência institucional	5
2.1.2) Objetivos estratégicos	3
2.2) Estratégias de Atuação frente às responsabilidades institucionais	28
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade	8
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício de 2011	29
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	29
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	29
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro	45
2.4.1) Programação orçamentária da despesa	45
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	45
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	46
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação.....	46
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos.....	47
2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	47
2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	48
2.4.3) Indicadores Institucionais da Unidade Jurisdicionada	49
3. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	50
3.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	50
4. Recursos Humanos	51

4.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	51
4.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	52
4.3) Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ	54
4.4) Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	55
4.5) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	56
5. Declaração sobre Registros Atualizados nos Sistemas Siasg e Siconv	58
6. Informações Sobre Declaração de Bens	59
7. Controles Internos	59
8. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	62
9. Gestão do Patrimônio Imobiliário	63
9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	63
9.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados	64
10. Gestão de Tecnologia da Informação	64
11. Informações Sobre a Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	65
12.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	67
12.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício	67
12.3 Recomendações da CGU Atendidas no Exercício	67
13. Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade	68
13.1) Dificuldades Enfrentadas na Gestão da Unidade	68
13.2.) Gestão com qualidade e Perspectivas de Melhorias Futuras nos Controles	68
13.2.2) Programa Carbono Neutro	69
13.2.3) Implantação do Sistemas e Processos Eletrônicos	69
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	70
1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	70
SEÇÃO IV.....	71
<i>RESULTADOS E CONCLUSÕES</i>	71



SEÇÃO I

ORGANOGRAMA FUNCIONAL





SEÇÃO II

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba no exercício de 2011, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno do Poder Executivo Federal (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 108/2010 que se aplicam à Unidade ou que tiveram ocorrência durante o exercício, quais sejam: Identificação de Relatório de Gestão Individual, Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira, Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, Recursos humanos, Transferências, Sistema de Controle Interno, Sustentabilidade Ambiental, Gestão do Patrimônio Imobiliário, Gestão de Tecnologia da Informação, Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno.

Os itens referentes à Reconhecimento de passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, Informação sobre Transferência Mediante Convênio, Contrato de Repasse, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Acordos, Informações sobre Renúncia Tributária, Parecer de Auditoria Independente, Demonstrativo Analítico das Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda, Informações sobre as Contratações de Consultores na Modalidade “Produto”, Avaliação sobre o Andamento dos Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos e Informações sobre Tratamento de Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno, não se aplicam à unidade ou não tiveram ocorrência no exercício, portanto, foram excluídos do corpo do relatório com a respectiva repercussão na numeração seqüencial dos itens enumerados na Decisão Normativa.

Fato similar ocorreu em relação a alguns quadros de itens contemplados no relatório, a exemplo da Programação de Despesas Correntes, de Despesas de Capital, Quadro Resumo da Programação de Despesas, Relação dos Programas e Ações de Responsabilidade da Unidade, Demonstrativo do Quantitativo de Terceirizados Irregulares na Administração da Unidade e Providências Adotadas para sua Regularização, Relação dos Programas e Ações de Responsabilidade da Unidade e Outras Informações Consideradas Relevantes para a Unidade também não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional ou não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo Órgão Central do Departamento de Polícia Federal a que está subordinado essa UG.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 123/2011, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/PB opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação. O quadro II.C.2, assim como os demais quadros previstos na parte C do Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 108/2010, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN). As informações e quadros (A.5.9, A.5.10 e A.5.11) sobre terceirização de cargos no DPF também serão respondidos de forma centralizada.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

As principais realizações da gestão, no exercício de 2011, consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, sendo realizadas diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho, entre outros. Foram ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

A Paraíba encontra-se localizada no leste da região Nordeste e tem como limites ao norte o Estado do Rio Grande do Norte, cuja Capital é a cidade de Natal, ao leste o Oceano Atlântico, tendo como destaque a Ponta do Seixas, importante ponto turístico da capital do Estado localizada na praia do Cabo Branco, caracterizada por ser o local que marca o ponto mais oriental das Américas; ao sul o Estado de Pernambuco, cuja capital é a cidade de Recife, e ao oeste o Estado do Ceará, cuja a capital é Fortaleza. Com uma área de 56.439¹ Km² e uma população de 3.769.977², correspondente a 1,9% da população nacional, tem uma taxa de densidade demográfica de 64,52 hab/km², sendo a Paraíba uma das unidades da federação de menor superfície, o Estado se caracteriza como um dos menores do país. O Estado possui dois (02) aeroportos em funcionamento, Aeroporto Internacional Castro Pinto em João Pessoa e o Aeroporto Presidente João Suassuna em Campina Grande. Somente o primeiro possui posto de atendimento da Polícia Federal.

Para o ano de 2011 foram priorizadas pela gestão da SR/DPF/PB ações de combate ao crime organizado, em suas diversas modalidades, com destaque para o combate ao tráfico de entorpecentes e às diversas formas de desvio de recursos públicos federais. O desempenho das atividades da unidade administrativa, tanto no campo operacional como nas áreas meio, sofreram dificuldades consideráveis para realização dos seus objetivos, especialmente por conta das limitações orçamentárias introduzidas pelo Decreto n° 7.446/2011, a exemplo do estabelecimento de limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação operacional que será mais bem avaliado no item do desempenho operacional.

Os planos e projetos para o exercício de 2012 perpassam por medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como pela melhor estruturação das unidades administrativas da SR/DPF/PB e das duas Delegacias a ela vinculadas, tendo como missões prioritárias nesse campo a conclusão da sede própria da Delegacia de Campina Grande e a contratação do projeto executivo para início da obra de construção da sede própria para abrigar a Superintendência Regional, assegurando assim a consolidação de uma política de promoção de condições de trabalho mais adequadas, para o cumprimento das suas missões institucionais.

Registre-se ainda que no ano de 2011 essa unidade administrativa esteve sendo administrada de forma interina por um período de cerca de seis meses (janeiro a junho) pelo Delegado de Polícia Federal **MARINALDO BARBOSA DE MOURA**, fato ocorrido também por conta das dificuldades orçamentárias que não permitiam a remoção do servidor indicado como Superintendente, o Delegado de Polícia Federal **MARCELLO CONDEIRO DINIZ** que só teve

¹ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADba>, consultado em 07/06/2012.

² Dados do IBGE, Censo de 2010, consultado em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADba>, em 07/06/2012.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

viabilizada sua remoção no final do mês de junho de 2011, ocasião em que assumiu a gestão desta Superintendência Regional.

O trabalho em parceria com o Órgão de Segurança do Estado e outras Superintendências Regionais da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, também merece destaque uma vez que buscou combater o crime organizado em suas diversas modalidades, com destaque, como já dito, para o combate ao tráfico de drogas e de armas e ao desvio de recursos públicos federais, trabalho esse que culminou com a prisão de diversos envolvidos e a apreensão de armas e munições.

Paralelamente, diversas realizações foram levadas a efeito durante o ano de 2011, com destaque para:

- Foi cedido pelo DNIT dois amplos e bem localizados imóveis, nos municípios de Campina Grande e Patos, os quais sediarão as respectivas Delegacias, tendo sido iniciadas as obras da primeira Delegacia no início de 2011;
- Consolidação da instalação total da base INTEGRAPOL que visa interligar as comunicações entre as Unidades Descentralizadas, inclusive nos Estados vizinhos;
- Atuação integrada dos setores de gestão e fiscalização de contratos, ambos ligados ao Setor de Administração e Logística Policial – SELOG, com vistas à otimização dos custos e melhor desempenho dos serviços prestados em função dos contratos mantidos com empresas dos mais diversos ramos, tais como: telefonia, combustível, prestadores de serviço, manutenção de viaturas, aquisição de passagens aéreas, fornecimento de água/luz, refrigeração, etc;
- Continuação da política de qualificação dos servidores desta Unidade por meio da participação em cursos desenvolvidos pela Unidade Sede, em Brasília, na ANP e na introdução da cultura de manualização de procedimentos nas diversas áreas de atuação da Polícia Federal, inclusive nas atividades de apoio, a exemplo de Roteiros Contábeis baseados em transações SIAFI;
- Continuação da política de implementação de ações e medidas relacionadas à saúde dos servidores: atuação ativa do SRH, Assistência Social e do Núcleo de Educação Física, realização de cursos e palestras específicas;
- Manutenção das ações de capacitação de todos os servidores policiais quanto ao uso e manuseio de armas de fogo, bem como, de emprego de bastão retrátil e técnicas de imobilização, ministrado por instrutores desta Regional credenciados junto à Academia Nacional de Polícia - ANP;
- Manutenção de política de atuação preventiva da Corregedoria local, principalmente no que se refere a correções ordinárias e parciais de expedientes policiais, com substancial melhoria na qualidade dos Inquéritos Policiais;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

- Manutenção da política de apoio e parceria operacional com diversos órgãos públicos federais, particularmente através do Núcleo de Operações, a exemplo do IBAMA, Justiça Federal, SPU, DEPEN, MPU, MPE e SSP/PB;
- Aprimoramento da política de melhoria constante no relacionamento com todos os Órgãos Públicos que mantêm contato com a Polícia Federal, tanto em relação a atos de Polícia Judiciária, quanto administrativa (dentre eles, Poder Judiciário Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual, Secretaria de Segurança, Secretaria de Justiça, OAB, CGU, TCU, Receita Federal, AGU, UFRN, Forças Armadas, Forças de Segurança, ABIN, IBAMA, SPU, imprensa, CEF, Banco do Brasil, etc.);
- Manutenção da política de acompanhamento das atividades interna e externa por meio da implementação de várias comissões com objetivo de melhorar o desempenho operacional nas áreas de fiscalização de produtos químicos, controle de segurança privada, do registro de armas e munições, inventário, doação de bens, contratos, etc.);
- Manutenção da política de apoio às atividades de controles internos administrativos, com a designação de servidores qualificados para desempenho das tarefas de Conformidade Contábil de Conformidade de Gestão desta UG.
- Melhoria das atividades de fiscalização nas contratações de serviços nas áreas de engenharia civil e manutenção predial por intermédio da implantação do Grupo Técnico de Engenharia – GTED.

Assim é que esta Superintendência Regional terminou concentrando esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: desvios de verbas públicas, crimes contra a previdência e tráfico de entorpecentes.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal em sua competência Constitucional de ser a polícia judiciária da União, a produção de provas é o seu produto final, tanto para as ações proativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (investigações instauradas mediante portaria).

No ano de 2011, a SR realizou 11 (onze) operações policiais de destaque local e/ou nacional, resultando no cumprimento de inúmeros mandados de prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva) e tantos outros mandados de busca e apreensão, conforme se ilustra de forma detalhada na seção do desempenho operacional deste relatório.

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 399 (trezentos e noventa e nove) Inquéritos Policiais, foram relatados 480 (quatrocentos e oitenta), e ficaram em aberto (em andamento) aproximadamente 743³ (setecentos e quarenta e três) inquéritos.

As principais dificuldades para realização dos objetivos estão diretamente ligadas às restrições orçamentárias e financeiras aliada à carência de pessoal em face dos trabalhos

³ Dados fornecidos pela Corregedoria Regional da SR/DPF/PB.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

demandados, principalmente no âmbito das Delegacias no interior do Estado que não dispõem de efetivo de servidores suficientes para atender à demanda crescente, necessitando constantemente de aporte de pessoal por parte desta Superintendência.

Outro fator preponderante que trouxe grande dificuldade na realização dos objetivos foi a remoção quase que simultânea dos responsáveis pela Corregedoria Regional e pela Delegacia de Combate ao Crime Organizado e aposentadoria do Senhor Superintendente; circunstância que acarretou uma sobrecarga de trabalho ao Superintendente Regional em exercício.

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro I – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual

<i>Poder e Órgão de Vinculação</i>			
<i>Poder: Executivo</i>			
<i>Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça</i>		<i>Código SIORG: 316</i>	
<i>Identificação da Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no estado da Paraíba</i>			
<i>Denominação abreviada: Polícia Federal na Paraíba</i>			
<i>Código SIORG: 1153</i>	<i>Código LOA: Não se aplica</i>		<i>Código SIAFI: 200396</i>
<i>Situação: ativa</i>			
<i>Natureza Jurídica: Órgão Público</i>			
<i>Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública</i>		<i>Código CNAE: 8424-8/00</i>	
<i>Telefones/Fax de contato:</i>	<i>(083) 3248-5920</i>	<i>(083) 3248-5921</i>	<i>(083) 3248-5922</i>
<i>E-mail: sec.gab.srpb@dpf.gov.br</i>			
<i>Página na Internet: http://www.pf.gov.br</i>			
<i>Endereço Postal: BR 230, Km 07, Acesso Ponta de Campina, Cabedelo/PB. CEP: 58.310-000</i>			
<i>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</i>			
<ul style="list-style-type: none">• <i>Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</i> SR/DPF/PB• <i>Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 183, de 29/04/65, BS. 081, de 04/05/65. Transformada em Divisão pelo Dec. 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72.</i><ul style="list-style-type: none">• <i>Elevada para Superintendência Regional pela Port. 039/75, BS. 052/75.</i> FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
<i>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</i>			
<ul style="list-style-type: none">• Decreto nº 6.061, de 15/03/2007.• Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.• Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia federal e as atribuições de seus dirigentes, tendo sido alterada pela IN Nº 17/2008-DG/DPF e pela IN Nº 39/2010-DG/DPF.• Portaria nº 941/2010-DG/DPF, de 25/02/2010, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.			
<i>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</i>			
Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srpb), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado com a finalidade de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da			



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

Polícia Federal, bem assim proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do Órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.	
<i>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>
200396	TESOURO
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>
200397	FUNAPOL
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>	<i>Código SIAFI da Gestão</i>
200088	200396
	200397

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

2.1) Responsabilidades institucionais

Conforme Portaria nº 1.735/2010-DG/DPF, de 03 de novembro de 2010, a qual aprova o Plano Estratégico 2010/2022, o Portfólio Estratégico e o Mapa Estratégico da Polícia Federal, e dá outras providências está assim composto:

- I – Histórico;
- II – Negócio;
- III – Missão;
- IV – Visão;
- V – Valores;
- VI – Fatores Críticos de Sucesso;
- VII – Políticas Corporativas;
- VIII – Macro Objetivos;
- IX – Objetivos Institucionais; e
- X – Ações Estratégicas.

Por sua vez, o Portfólio Estratégico é assim composto:

2.1.1) Competência institucional



1. HISTÓRICO

1.1. Criação do Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP

A Polícia Federal tem sua origem na Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criada por D. João VI, em 10 de maio de 1808, com as mesmas atribuições que tinha em Portugal, quando, na oportunidade, foi designado para o cargo de Intendente-Geral de Polícia da Corte o Desembargador e Ouvidor Paulo Fernandes Viana.

Com o Decreto-Lei no. 6.378, de 28 de março de 1944, a antiga Polícia Civil do Distrito Federal, que funcionava na Cidade do Rio de Janeiro/ RJ, então capital da República, no Governo de Getúlio Vargas, foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, diretamente subordinada ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

De acordo com esse Decreto-Lei, ao DFSP incumbiam os serviços de polícia e segurança pública e, em âmbito nacional, os de polícia marítima, aérea e segurança de fronteiras.

Estabeleceu-se, também, que as Secretarias ou Departamentos de Segurança e Chefaturas de Polícia dos Estados receberiam orientação do DFSP a respeito de assuntos de ordem política e social, relacionados com a segurança pública do país.

1.2. A ampliação das atribuições

Posteriormente, por força do Decreto-Lei no. 9.353, de 13 de junho de 1946, foi atribuída competência ao DFSP, em todo o território nacional, especialmente por atuar nos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras e nas apurações das seguintes infrações penais e de sua autoria:

- a) que atentassem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem social e a organização do trabalho;
- b) referentes à entrada, permanência ou saída de estrangeiros no território nacional;
- c) definidas nos títulos X (Crimes contra a Fé Pública) e XI (Crimes contra a Administração Pública) do Código Penal, quando o interessado fosse a Fazenda Nacional; e
- d) relacionadas ao comércio clandestino ou facilitação do uso de entorpecentes.

1.3. Os poderes da Constituição Federal de 1946



As competências atribuídas ao DFSP sofreram restrições, em razão dos poderes concedidos aos Estados de modo a prover as necessidades de sua administração, contidos no art. 18, § 1o., da Constituição Federal de 1946. Ainda, o inciso VII do art. 5o. da Carta concedia à União competência tão-somente para “superintender” aqueles serviços. Todavia, isso não significava executar ou atuar, mas apenas fiscalizar, inspecionar e observar. Agir fora desses limites poderia ser interpretado como prática de ato inconstitucional.

1.4. Policiamento Provisório na Futura Capital Federal do Brasil

Já na segunda metade da década de 1950, a futura capital se encontrava em fase de construção acelerada. A população crescia desordenadamente, em uma “cidade” cuja administração ainda não havia se estabelecido oficialmente.

Levando-se em conta a procura de trabalho rendoso, enriquecimento rápido e o afluxo de aventureiros que chegavam à futura capital Federal, oriundos de várias partes do país, fez-se necessário a criação de uma força policial organizada, a fim de conter os que perpetravam toda sorte de delinquência.

Em 9 de dezembro de 1958, o Governador do Estado de Goiás sancionou a Lei no. 2.364, de 9 de dezembro de 1958, criando o Departamento Regional de Polícia de Brasília – DRPB, ao qual se subordinava a Guarda Civil Especial de Brasília – GEB, assim permanecendo até a inauguração da nova capital federal, ocasião em que o DRPB foi incorporado ao Departamento Federal de Segurança Pública.

Pela Lei no. 3.754, de 13 de abril de 1960, que trata da organização administrativa do Distrito Federal, contida em seu art. 53 e parágrafos, o DFSP passou a ser situado em Brasília e a realizar os serviços de policiamento de caráter local, incorporando o Serviço de Polícia Metropolitana, cuja estruturação dependia de lei específica.

Com a inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, todos os órgãos dos poderes da República vieram para esta capital. Precariamente, a sede do DFSP foi instalada em um galpão de madeira da Novacap até outubro de 1960. Mais tarde, foi transferida para o 5º andar do Bloco 10 da Esplanada dos Ministérios.

Sem meios para funcionar plenamente, a solução encontrada foi o aproveitamento do pessoal que integrava o DRPB, do governo do estado de Goiás, com circunscrição em toda a área destinada ao Distrito Federal. Passou-se, então, à busca de uma estrutura para o DFSP calcada em moldes mais avançados, partindo-se de exemplos de outros aparelhos policiais, tais como os da Inglaterra, Canadá e dos Estados Unidos da América.

No final do ano de 1960, foi encaminhado pelo Poder Executivo um anteprojeto de lei com vista à criação de um organismo policial que, em sua composição estrutural, se assemelhasse às instituições de segurança dos países acima referidos, inclusive no tocante às denominações pretendidas para os cargos a serem criados.



1.5. A reorganização do DFSP

Somente em 1964, com a mudança operada no pensamento político da Nação, a idéia da manutenção de um Departamento Federal de Segurança Pública, com capacidade de atuação em todo o território nacional, prosperou e veio a tornar-se realidade, com a sanção da Lei no. 4.483, de 16 de novembro do mesmo ano, reorganizando o então DFSP, com efetivo cunho Federal. Em 21 de julho de 1977, foi inaugurada a sede do DFSP, localizada no Setor de Autarquias Sul, Quadra 6, Lotes 9 e 10, onde atualmente encontra-se o Edifício-Sede do Departamento de Polícia Federal.

A Lei no. 4.483/64 conferiu ao órgão atuação em todo o território nacional, relacionando suas atribuições nas alíneas “a” a “p” do seu art. 1o., conforme descrito abaixo:

“Art. 1o. Ao Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, com sede no Distrito Federal, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dirigido por um Diretor-Geral, nomeado em comissão e da livre escolha do Presidente da República, compete, em todo território nacional:

- a) a superintendência dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira;
- b) a fiscalização nas fronteiras terrestres e na orla marítima;
- c) a apuração, com a cooperação dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda e em colaboração com as autoridades dos Estados, dos ilícitos penais praticados em detrimentos de bens, serviços ou interesses da União;
- d) a apuração, em colaboração com as autoridades dos Estados, dos crimes que, por sua natureza, características ou amplitude, transcendam o âmbito de uma unidade federada ou que, em virtude de tratados ou convenções internacionais, o Brasil se obrigou a reprimir;
- e) a investigação e apuração, em colaboração com as autoridades dos Estados, de crimes praticados contra agentes federais, no exercício de suas funções;
- f) a censura de diversões públicas, em especial, a referente a filmes cinematográficos, quando transponham o âmbito de um Estado;
- g) a execução, em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física do Presidente da República, de diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;
- h) a coordenação e a interligação, no país, dos serviços de identificação dactiloscópica, civil e criminal;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

- i) a formação, o treinamento e a especialização profissional de seu pessoal e, quando solicitado, de integrantes das Polícias dos Estados, Distritos Federal e Territórios;
- j) a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial, aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada;
- l) a cooperação, no país, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional ou interestadual;
- m) a supervisão e a colaboração no policiamento das rodovias federais;
- n) a execução de outros serviços de policiamento atribuídos à União, de conformidade com a legislação em vigor;
- o) a apuração dos crimes nas condições previstas no art. 5º do Código Penal, quando solicitado pelas autoridades estaduais ou ocorrer interesse da União; por determinação do Ministro de Estado da Justiça;
- p) a apuração dos crimes contra a vida ou contra comunidades silvícolas no país, em colaboração com o Serviço de Proteção aos “Índios.”

1.6. A Reforma Administrativa e a instituição do Departamento de Polícia Federal

A Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967, em seu art. 80., inciso VII, estabeleceu que competisse à União organizar e manter a Polícia Federal e, nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” descreveu suas atribuições, agora constitucionais e dessa forma identificadas.

Diante da competência delimitada, essa mesma Constituição Federal, estabeleceu, em seu art. 210, que: “o atual Departamento Federal de Segurança Pública passa a denominar-se Departamento de Polícia Federal considerando-se automaticamente substituída por esta denominação a menção à anterior constante de quaisquer leis ou regulamentos”.

Ainda no ano de 1967, foi operada uma reforma administrativa pelo Decreto-Lei no. 200, constituindo-se num verdadeiro marco no sentido da superação da rigidez burocrática então vigente. Essa norma transferiu as atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista a fim de obter-se maior dinamismo operacional por meio da descentralização funcional. Além disso, instituiu como princípios de racionalidade administrativa o planejamento e o orçamento, o descongestionamento de chefias executivas superiores (desconcentração/descentralização), objetivando reunir competência e informação no processo decisório, a sistematização, a coordenação e o controle.



1.7. A denominação Polícia Federal

A Emenda Constitucional no. 1, de 17 de outubro de 1969, que praticamente substituiu a Constituição Federal de 1967, referiu-se ao DPF apenas como Polícia Federal e previu suas atribuições no inciso VIII do art. 8o.. Já a atual Constituição Federal, promulgada em 1988, manteve a denominação do DPF apenas como Polícia Federal, designada como órgão de segurança pública no art. 144, inciso I, tendo suas atribuições previstas no § 1o. do mesmo dispositivo Constitucional.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 denominar o órgão apenas como Polícia Federal e o Decreto no. 6.061/2007 posicioná-lo hierarquicamente ao lado das demais secretarias do Ministério da Justiça, ainda é corrente a denominação Departamento de Polícia Federal.

1.8. Datas Comemorativas

O Conselho Superior de Polícia – CSP, órgão máximo de assessoramento e deliberação do Diretor-Geral do DPF, amparado por relatório do Grupo de Trabalho Instituído pela Portaria N° 598-DGP/DPF, de 15 de junho de 2004, deliberou, por maioria de votos, que a data de criação do DPF é o dia 28 de março de 1944, entendendo-se como tal sua data comemorativa.

O citado Conselho também estabeleceu o dia 16 de novembro como data comemorativa do “Dia do Policial Federal”, oportunidade em que fora sancionada a Lei no. 4.483, no ano de 1964, a qual reorganizou o DFSP, tudo corroborado pelo Decreto nº 5.279, de 22 de novembro de 2004.

2. NEGÓCIO

Ciência Policial.

3. MISSÃO

Exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito.

4. VISÃO

Tornar-se referência mundial em Ciência Policial.

5. VALORES

5.1. Coragem



Possuir a capacidade e iniciativa de agir no cumprimento de seu dever em situações extremas, ainda que com risco à própria vida.

5.2. Lealdade

Cultuar a verdade, a sinceridade e o companheirismo, mantendo-se fiel às responsabilidades e aos compromissos assumidos.

5.3. Legalidade

Comprometer-se com a democracia e o ordenamento jurídico vigente, sublimando a determinação de defender os interesses vitais da União.

5.4. Ética e Probidade

Desenvolver práticas de gestão e padrões de trabalho calcados em preceitos éticos e morais, pautando sua vida pela honradez, honestidade e constante busca da verdade.

5.5. Respeito aos Direitos Humanos

Alicerçar suas atitudes, como servidor e cidadão, na preservação dos princípios basilares de respeito aos Direitos Humanos.

6. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

6.1. Pessoal motivado

Disponer de efetivo motivado em quantidade suficiente ao desempenho de suas atribuições e ao cumprimento da missão institucional.

6.2. Apoio logístico efetivo

Disponer de um sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas.

6.3. Capacitação permanente



Dispor de um programa contínuo de educação e capacitação, individual e coletivo e com avaliações periódicas que se reflitam na carreira.

6.4. Inteligência bem estruturada

Dispor de sistemas de inteligência estratégica e policial, capacitados para a produção, proteção e difusão do conhecimento, acompanhando as evoluções no segmento.

6.5. Comunicação eficiente

Dispor de um eficiente sistema de comunicação interna e externa, de modo a atender às necessidades decorrentes das atividades desempenhadas por cada unidade.

6.6. Credibilidade mantida

Dispor de elevados índices de aceitação e credibilidade perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional.

6.7. Recursos financeiros suficientes

Dispor de um plano de desenvolvimento sustentável que permita executar o que fora estrategicamente planejado.

6.8. Parcerias formalizadas

Dispor de parcerias formais, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo às atuações conjuntas e sistêmicas.

6.9. Recursos de C&T atualizados

Dispor de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento do “estado da arte” em matéria de Ciência e Tecnologia.

6.10. Infraestrutura adequada

Dispor de edificações e mobiliário adequado para o desempenho de suas atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.



7. POLÍTICAS CORPORATIVAS

7.1. Planejamento evolutivo, permanente e flexível

Planejar a administração dos seus sistemas e macroprocessos, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

7.2. Estímulo da criatividade, pró-atividade e experiência

Estimular, em todos os níveis, a criatividade, o comportamento pró-ativo e a auto-avaliação contínua, buscando inovação e melhoria permanentes dos processos e estruturas orgânicas.

7.3. Incentivo à responsabilidade social

Contribuir, constantemente, para o desenvolvimento de uma sociedade plenamente equilibrada, promovendo a ética e a cidadania, mediante a consolidação da democracia e redução das desigualdades.

7.4. Proteção ao meio ambiente

Prevenir e reprimir os crimes ambientais e implementar uma cultura de responsabilidade socioambiental, buscando o equilíbrio da natureza, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

7.5. Respeito aos direitos humanos, à ética e à cidadania

Conscientizar os servidores e a população acerca do respeito aos direitos humanos, de forma a contribuir para a formação e manutenção da ética e cidadania.

7.6. Valorização das pessoas

Promover a valorização, equilíbrio e hígidez do seu quadro funcional, realizando capacitações e avaliações contínuas, bem como o reconhecimento do mérito de seus servidores.

7.7. Fomento do ensino, pesquisa e ciência

Fomentar e prover o ensino, a pesquisa e a ciência aplicada, desenvolvendo produções de conhecimento de interesse mundial e promovendo sua disseminação interna e externa.



8. MACRO OBJETIVOS

8.1. Em relação ao Governo

Ser reconhecida como modelo de gestão perante o Poder Público.

8.2. Em relação à Sociedade

Ser reconhecida como motivo de orgulho e admiração perante a nação.

8.3. Em relação ao público interno

Ser reconhecida pelos servidores como uma das melhores instituições públicas para trabalhar.

2.1.2) OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

2.1.2.1. Objetivo: Fortalecer a cultura de gestão estratégica - Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

Ação Estratégica

- a) **Planejamento Estratégico** - Implementar a cultura de planejamento estratégico, com base em cenários prospectivos e com o auxílio de ferramentas específicas e sistemas de informação, de modo a obter um fluxo contínuo de planejamento, flexível e voltado para o futuro, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Gestão de Processos** - Implementar a cultura de gestão de processos, de modo a racionalizar os processos de polícia judiciária e administrativa, em todos os níveis de atuação, por meio de sua identificação, mapeamento, diagnóstico e aperfeiçoamento, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- c) **Gestão de Projetos** - Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- d) **Avaliação do Desempenho** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de avaliação do desempenho global da instituição, em todos os níveis e segmentos de atuação, a fim de propiciar elementos de manutenção,



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

atualização e revisão do seu planejamento, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

- e) **Modelagem Organizacional** - Desenvolver e implementar um novo modelo organizacional que permita contemplar todas as atividades atribuídas à Polícia Federal, nas áreas meio e fim, de modo a otimizar os processos internos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- f) **Gestão do Conhecimento** - Desenvolver, sistematizar e implementar sistemas e mecanismos de produção, otimização, gestão, padronização, disseminação e proteção do conhecimento de interesse da instituição, preservando o aprendizado e promovendo a comunicação entre as partes interessadas, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- g) **Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** - Fomentar a pesquisa científica e o desenvolvimento de novos projetos, estudos e experimentos de interesse do órgão, bem como realizar ações que visem à promoção das ciências aplicadas como um todo, estimulando a contínua inovação e o comportamento pró-ativo, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- h) **Garantia da Segurança Institucional** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de defesa, segurança orgânica e proteção da Polícia Federal e de seus servidores, dotando o órgão de meios físicos e tecnológicos de segurança, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

2.1.2.2. **Objetivo: Valorizar o Servidor** - Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

Ação Estratégica

- a) **Gestão por Competência** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de motivação, avaliação do mérito e de reconhecimento das competências de todo o corpo funcional, reestruturando a metodologia de treinamento e ensino e de maneira a obter os melhores resultados, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Assistência à Saúde do Servidor** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de assistência social, proteção à saúde e à segurança, propiciando o bem-estar, satisfação e higidez de todo o corpo funcional, bem como aperfeiçoar os procedimentos relativos aos inativos e pensionistas, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- c) **Ampliar a Credibilidade Institucional** - Promover políticas de responsabilidade socioambiental e implantar canais de comunicação que respondam com rapidez e eficiência às demandas da sociedade e dos servidores.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

- d) **Proteção da Imagem Institucional** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de proteção da imagem da Polícia Federal, no sentido de identificar, analisar e acompanhar as informações concernentes às atividades institucionais, buscando diminuir os desvios de conduta, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- e) **Difusão da Comunicação Interna e Externa** - Desenvolver, sistematizar e implementar canais de relacionamento, no sentido de divulgar as ações da Polícia Federal, em âmbito interno e externo, de modo a engajar os servidores e a sociedade nos propósitos institucionais e apoio à Polícia Federal, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- f) **Desenvolvimento da Responsabilidade Socioambiental** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de atuação visando às questões sociais e à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais disponíveis, buscando reduzir ou evitar possíveis riscos e danos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

2.1.2.3. **Objetivo: Reduzir a Criminalidade** - Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

Ação Estratégica

- a) **Prevenção à Criminalidade** - Desenvolver, sistematizar e implementar medidas preventivas à ocorrência de delitos de competência da Polícia Federal, no sentido de conferir maior poder de atuação em face da criminalidade e permitir que a instituição se previna contra cenários futuros que desfavoreçam a segurança pública, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Repressão a Organizações Criminosas** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de repressão a organizações criminosas e ao crime organizado em geral, instituindo novas técnicas de atuação e investigação, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- c) **Atuação Policial em Grandes Eventos** - Dotar a instituição de mecanismos e estrutura necessários, de maneira a se preparar para eventos de grande porte que dependam de intervenção policial federal sistêmica e contínua, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- d) **Gestão da Qualidade da Prova** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de preservação da prova tratada no âmbito da polícia judiciária, aprimorando o controle da cadeia de custódia e primando pela sua excelência, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- e) **Aperfeiçoamento dos Procedimentos de Polícia Judiciária** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de aprimoramento da investigação criminal e de procedimentos relacionados às atividades de polícia judiciária,



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

- f) **Efetivação de Mecanismos de Análise e Inteligência Policial** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de análise e inteligência policial e de integração e interação de dados, informações e sistemas, protegendo-os de ataques e ações adversas, emprestando maior eficiência às análises e investigações policiais, bem como à elaboração de exames periciais, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

2.1.2.4. **Objetivo: Promover a Cidadania** - Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

Ação Estratégica

- a) **Defesa dos Direitos Humanos** - Desenvolver, sistematizar e implementar técnicas e mecanismos de defesa dos direitos e garantias fundamentais, notadamente nas atividades de proteção ao depoente especial, segurança de dignitários, repressão ao trabalho escravo e tráfico de órgãos e de seres humanos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de aprimoramento dos serviços prestados à população, envolvendo notadamente as atividades administrativas e de apoio finalístico, buscando facilitar o acesso do cidadão à instituição, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- c) **Individualização do Cidadão** - Desenvolver, sistematizar e implementar técnicas e mecanismos de individualização da pessoa, no sentido de conferir uma identificação única e específica para cada cidadão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- d) **Controle Regulatório e Fiscalizatório** - Desenvolver, estabelecer, sistematizar, e implantar normas, técnicas e mecanismos de regulação e fiscalização da prestação de serviços públicos delegados, no âmbito de atuação da Polícia Federal, fiscalizando o cumprimento das normas e regulamentos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

2.1.2.5. **Objetivo: Incrementar os Acordos e Parcerias** - Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

Ação Estratégica

- a) **Alianças Internacionais** - Promover o intercâmbio de informações entre órgãos e organismos internacionais, por meio da celebração de instrumentos adequados, notadamente nas áreas operacional, de inteligência e técnico-científica, no sentido de ampliar seu poder de atuação e melhor prestar seus



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

serviços à sociedade, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

- b) **Cooperação Nacional** - Estabelecer, sistematizar e implementar padrões e normas de cooperação em âmbito nacional, promovendo o intercâmbio de informações entre órgãos e organismos nacionais, por meio da celebração de convênios, termos de cooperação e acordos de cooperação técnica, no sentido de buscar maior interação entre as ações desencadeadas nas unidades federativas, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

2.1.2.6. Objetivo: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais - Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

Ação Estratégica

- a) **Gestão de Obras e Infraestrutura** - Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Racionalização da Gestão Logística** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de racionalização da logística policial, inventariando, padronizando e racionalizando os bens e materiais de consumo, operacional e permanente, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

2.1.2.7. Objetivo: Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação - Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

Ação Estratégica

- a) **Alinhamento da TI à Gestão Policial** - Planejar, aplicar e controlar os recursos de Tecnologia da Informação, gerindo com eficiência os sistemas de informação, e alinhando-se estrategicamente aos objetivos da Administração, no sentido de emprestar o apoio tecnológico necessário à consecução dos projetos e atividades da Polícia Federal, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Melhoria da Infraestrutura e Serviços de TI e Telecomunicações** - Adequar, modernizar e expandir a arquitetura, rede e infra-estrutura de TI e de telecomunicações, levantando os recursos necessários para uma eficiente atuação por parte da Tecnologia da Informação, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

2.1.2.8. Objetivo: Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico - Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a



dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

Ação Estratégica

- a) **Gestão Orçamentário-Financeira** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gerenciamento orçamentário-financeiro e de elaboração de planos plurianuais, compatibilizando-os com as estratégias de gestão, no sentido de reduzir custos e racionalizar gastos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Uniformização Orçamentário-Financeiro-Contábil** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de uniformização e padronização de procedimentos relativos às boas práticas orçamentário-financeiro-contábeis, no sentido de conceber um modelo de administração sustentado no planejamento, supervisão, controle e avaliação da execução orçamentária.

2.2) Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

2.2.1) Análise do Plano Estratégico em Andamento na Unidade.

A Superintendência Regional do DPF no Estado da Paraíba atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças do sistema de segurança pública, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. As Delegacias Descentralizadas no Estado operam em consonância com as diretrizes da Superintendência Regional e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas Delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/PB opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF, especialmente no desencadeamento de operações policiais de âmbito interestadual.

Por sua localização às margens do Oceano Atlântico e proximidade com grandes centros urbanos e turísticos da região nordeste, a exemplo de Recife e Natal, criminosos tentam utilizar o Estado como rota para diversos crimes a exemplo da lavagem de dinheiro, desvio de recursos públicos, tráfico de entorpecentes, assaltos a instituições financeiras, fraudes contra a previdência social, além de delitos diversos relacionados ao turismo sexual. Essas práticas delituosas foram combatidas com operações específicas e em conjunto com as Superintendências Regionais dos Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas, entre outras, tendo em vista a natureza interestadual dessas práticas criminosas.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2011, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao desvio de recursos públicos, ao tráfico de drogas e armas, às fraudes a licitações e contratos, lavagem de dinheiro, e fraudes contra a previdência social e o seguro desemprego, entre outros delitos.



2.2.2) Análise do Plano de Ação Referente ao Exercício de 2011

Ressaltam-se, em breve síntese, algumas das Operações de caráter permanente instituídas pelo órgão Central, atendendo ao seu Plano Estratégico de médio e longo prazo: a Operação Sentinela, objetivando prevenir e reprimir crimes transnacionais com os países de fronteira, como Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Peru, etc; a Operação Arco de Fogo, com foco à repressão desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e crimes contra a fauna e flora brasileiras, contaram com apóio importante de todas as unidades descentralizadas do Órgão, inclusive a SR/DPF/PB, com cessão de servidores para atuarem em missão nessas Operações.

Assim, durante todo o exercício de 2011, o trabalho integrado das Superintendências Regionais com as Unidades Centrais do DPF, com a Polícia Rodoviária Federal e demais órgãos policiais e fiscalizadores, e Exército brasileiro - por meio da Operação Ágata II -, resultou, por exemplo, na prisão em flagrante de 57 pessoas e nas apreensões discriminadas no quadro seguinte:

Quadro II – Resultados da Operação Sentinela (segunda etapa)

Produto Gerado	Quantidade
Prisões em flagrante	57
Dinheiro Apreendido	R\$ 21.437,00
Veículos Apreendidos	24
Cocaína Apreendida	39kg
Maconha Apreendida	167kg
Cigarros (maços) Apreendidos	33 mil
Armas Apreendidas	8
Munição Apreendida	589
Agrotóxicos Apreendidos	179kg
Sementes Apreendidas	2,9 toneladas
CDs e DVDs Apreendidos	181.300

Foi dada continuidade à política de realizar ações conjuntas e a interlocução com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal. Assim, foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados em todo o território Nacional.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, seis programas de governo: **0750 – Apoio Administrativo, 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade, 1353 – Modernização da Polícia Federal, 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, 0087 – Gestão da Política de Previdência Social e 0089 – Previdências de Inativos e Pensionistas da União**. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública,



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores e manutenção da estrutura administrativa e operacional da unidade.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no estado da Paraíba também executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à construção de Unidades do DPF, com a reforma do prédio do DNIT o qual sediará as instalações da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Campina Grande, obra com execução em 2011.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela unidade gestora, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento. No programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Gostaríamos de salientar que todos os Programas sofreram algum prejuízo em virtude do contingenciamento de recursos determinado pelo Governo Federal.

A seguir será feita a demonstração quantitativa e análise qualitativa dos dispêndios em cada um dos programas com recursos orçamentários contemplados para as unidades gestoras administrados por essa unidade administrativa, como segue:

2.3.1.1 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina pública do governo federal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

Quadro III - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

<i>Identificação do Programa de Governo</i>				
<i>Código no PPA: 0750</i>		<i>Denominação: Apoio Administrativo</i>		
<i>Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais</i>				
<i>Objetivo Geral: Não especificado</i>				
<i>Objetivos Específicos: Promover os Órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.</i>				
<i>Gerente: Não há gerente vinculado</i>			<i>Responsável: Não há responsável vinculado</i>	
<i>Público Alvo: Governo</i>				
<i>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</i>				<i>Em R\$</i>
<i>Dotação¹</i>	<i>Despesa</i>	<i>Despesa</i>	<i>Restos a Pagar</i>	<i>Valores Pagos</i>
				<i>1,00</i>



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>não processados</i>		
<i>Não há</i>	<i>Não há</i>	3.968.402,25	3.201.810,21	766.592,04	3.186.521,51	
<i>Informações sobre os resultados alcançados</i>						
<i>Ordem</i>	<i>Indicador (Unidade medida)</i>	<i>Referência</i>			<i>Índice previsto no exercício</i>	<i>Índice atingido no exercício</i>
		<i>Data</i>	<i>Índice inicial</i>	<i>Índice final</i>		
1	<i>Este programa não possui indicadores</i>	<i>Não há</i>	<i>Não há</i>	<i>Não há</i>	<i>Não há</i>	
<i>Fórmula de Cálculo do Índice</i>						
<i>Não há</i>						
<i>Análise do Resultado Alcançado</i>						
<i>Não há</i>						

Fonte: SIGPLAN e SIAFI GERENCIAL

¹As Superintendências operam apenas na execução orçamentária das ações. Não há dotação orçamentária específica. Esta informação constará apenas do Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Análise Crítica da Programação Orçamentária

Por se tratar de Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, voltado aos serviços típicos da Administração, ao planejamento, à coordenação, à avaliação ou ao controle de programações finalísticos, resultando em bens ou serviços ofertados à própria Administração, composto inclusive por despesas de natureza tipicamente administrativas, não são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores no SIGPLAN.

A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade. Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo (centralizado); manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades de apoio necessárias à gestão e administração da unidade.

Merece destaque, no tocante às dotações orçamentárias destinadas a esta unidade administrativa, que estas estão se mostrando insuficientes para atender de maneira satisfatória às necessidades de custeio previstas no planejamento estratégico do Órgão Central, tendo em vista, principalmente, ao crescimento constante das atividades que a Polícia Federal tem que desenvolver, sem a devida contrapartida orçamentária correspondente.

No caso específico da SR/DPF/PB, contribuiu sobremaneira para esse quadro de asfixia orçamentária e financeira o aporte, a partir do mês de maio do exercício financeiro de 2010, de um gasto mensal da ordem de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), portanto, R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) anuais, com aluguel do edifício onde atualmente funciona a sede dessa unidade, anteriormente localizada no município de João Pessoa/PB em edificação pertencente à União, portanto sem custo de locação, mais que continha uma estrutura física aquém das necessidades peremptórias de execução dos serviços e atendimento ao público. Esta saída para um imóvel locado representou uma ligeira melhoria das condições físicas para os servidores, embora tenha gerado dificuldades de acesso para a população em vista da localização em lugar de difícil acesso no



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

município de Cabedelo - PB, além de ter gerado um aumento dos gastos referentes a aluguel e energia elétrica, mais que, no caso dessa última, foi compensado pela política de adequação tarifária que possibilitou redução no dispêndio com energia elétrica, embora tivéssemos aumentado o consumo em função da nova estrutura predial.

Merece destaque ainda, no que tange à análise desse programa, os esforços desenvolvidos pela gestão com vistas à redução dos gastos nos serviços de telecomunicações em virtude da política de racionalização dos serviços, de consumo de energia elétrica, em função da adoção de um contrato tarifário mais adequado ao perfil de consumo da unidade e a redução nos gastos de combustíveis, diárias e passagens, em função, principalmente, da diminuição do nível de atuação operacional provocado pelo contingenciamento orçamentário imposto pelo Executivo Federal no exercício de referência.

De maneira geral, houve redução em praticamente todos os elementos de despesa da SR/DPF/PB, exceção feita apenas, conforme já explicitado no parágrafo anterior, ao dispêndio com aluguel, conforme pode ser constatado da análise do quadro seguinte:

Quadro IV - Comportamento dos Gastos de Custeio da SR/DPF/PB

DESCRIÇÃO	ANO		
	2009	2010	2011
1. PASSAGENS	293.651,86	298.569,64	197.269,56
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.832.661,80	2.617.801,02	1.534.826,94
3. LOCAÇÃO DE IMÓVEIS****	100.994,68	552.143,55	836.293,94
4. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.723.092,31	1.919.395,29	1.842.225,08
4.1. Vigilância, Limpeza e Conservação	723.267,30	723.532,30	787.418,07
4.2. Tecnologia da informação*	-	107.200,00	26.718,23
4.3. Outras Terceirizações**	27.240,00	22.110,69	15.369,85
4.4 Serviços de Energia Elétrica	314.506,20	331.072,24	299.412,02
4.5 Serviços de Telecomunicações	278.389,68	266.700,77	256.010,36
4.6 Serviços de Manutenção de Viaturas	11.771,67	50.840,30	22.501,92
4.7 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos***	228.615,33	271.149,31	268.655,87
4.8 Serviços de Água e Esgoto	83.170,22	72.446,18	106.845,56
4.9 Refeições para os Custodiados***	1.671,00	3.181,00	9.101,44
4.10 Serviços Postais e de Malote	54.460,91	71.162,50	50.191,76
TOTAIS	3.950.400,65	5.387.909,50	4.410.615,52

* Serviço + Consumo

** Despesas com Serviços de Copa

*** Consumo de Gêneros de Alimentação

**** Elemento introduzido na análise apenas em 2011

2.3.1.2 – Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade

Quadro V - Dados do Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA: 0662	Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade			
Tipo do Programa: Finalístico				
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça				
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.				
Gerente: Não há gerente vinculado		Responsável: Não há responsável vinculado		
Público Alvo: Sociedade				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa				Em R\$ 1,00
Dotação ¹	Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>não processados</i>		
<i>Não há</i>	<i>Não há</i>	1.497.779,65	1.474.919,65	22.860,00	1.473.993,66	
Informações sobre os resultados alcançados						
<i>Ordem</i>	<i>Indicador (Unidade medida)</i>	<i>Referência²</i>			<i>Índice previsto no exercício</i>	<i>Índice atingido no exercício⁴</i>
		<i>Data</i>	<i>Índice inicial</i>	<i>Índice final</i>		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	>70	
1.1	Portaria		79	70	>70	360
1.2	Flagrante		79	70	>70	50
Informações sobre os resultados alcançados						
<i>Ordem</i>	<i>Indicador (Unidade medida)</i>	<i>Referência</i>			<i>Índice previsto no exercício</i>	<i>Índice atingido no exercício³</i>
		<i>Data</i>	<i>Índice inicial</i>	<i>Índice final</i>		
2	Taxa de conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (porcentagem)	31/12/2006	63,60	80	>80%	125%
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de Inquéritos Policiais concluídos em todas as unidades operacionais do Órgão e o total de Inquéritos Policiais Instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado						
Atingimento do índice.						

Fonte: SIGPLAN, SIAFI GERENCIAL, SITE COGER/DPF e NUCOR/COR/DPF/PB

¹As Superintendências operam apenas na execução orçamentária das ações. Não há dotação orçamentária específica. Esta informação constará apenas do Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

²A “referência” e o “índice previsto no exercício” informados no exercício são os constantes no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal, não se aplicando a esta SR/DPF/PB.

³O índice informado refere-se à média dos desempenho das três unidades desta SR, informado pela COR/SR/DPF/PB.

Análise do Resultado Alcançado:		
Os indicadores supra não possibilitam apurar a realidade do que ocorre, pois dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações, um inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que por ser mais simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor, não permitindo uma exata mensuração da produtividade. O índice foi previsto para o Órgão, de forma global.		
Por essa e outras razões, este indicador de desempenho não foi mais considerado no PPA 2012-2015. Na média global da UJ, os índices atingidos no exercício de 2011 pela UJ podem ser considerados positivos, posto que se mantiveram relativamente estáveis em relação à 2010, principalmente quando se avalia a quantidade de recursos despendidos que foram bastante inferiores ao ano de 2010. O tempo médio de conclusão de inquéritos em dias houve ligeira alta, saindo de 349 para 360 dias na modalidade portaria, e de 35 para 50 dias na modalidade flagrante.		
Código	Tipo⁵	Descrição da Ação
2586	A	Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: Corregedoria Geral (SINPRO)/DPF e SIGPLAN

*As Superintendências Regionais do DPF operam apenas na execução orçamentária e financeira das ações. Não há dotação orçamentária específica por Programa. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

⁴ Dados obtidos na intranet da COGER/DPF.

⁵ Tipo de Ação: A – Atividade; P – Projeto; OP – Operação Especial



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

Análise Crítica da Programação Orçamentária por Programa de Governo

Em 2011, na Unidade Gestora Funapol, o Departamento de Polícia Federal teve sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, previstas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, essencialmente, o seguinte programa de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662). Esse Programa abrange atividades de: sistema de emissão de passaporte e de controle do tráfego internacional, fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos; ações de caráter sigiloso na área de segurança pública; prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União; e capacitação de seus servidores em processo de qualificação e requalificação.

Eventos negativos e positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução das ações desse Programa de Governo, bem como informações adicionais sobre o desempenho das várias dessas ações na SR/DPF/PB, encontram-se demonstradas e avaliadas nos tópicos seguintes do presente Relatório de Gestão.

2.3.1.2.1 – Ação 2586 - Sistema de Emissão de Passaporte e de Controle do Tráfego Internacional

Quadro VI - Dados Gerais da Ação 2586

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Criar mecanismos de segurança a serem aplicados na confecção de passaportes, visando inviabilizar as ações de falsificação desses documentos.
Descrição	Aparelhamento técnico e operacional da Coordenação-geral de Polícia de Imigração e das Unidades Descentralizadas do Departamento de Polícia Federal DPF, no sentido de implantar novos mecanismos de segurança na confecção de documentos de viagem para evitar falsificações, atendendo às normas da Organização de Aviação Civil Internacional OACI/ONU e modernizar o controle do tráfego internacional por meio de fiscalização mecânica e eletrônica desses documentos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Antonio Carlos Floriano Lessa
Produto (unidade de medida)	Passaporte Emitido (unidade)

Quadro VII - Execução Financeira da Ação 2586 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2586	8.560,00	0,00	8.560,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações:

Na área de Migração, é digno de registro, desde agosto de 2009, a finalização da implementação do passaporte brasileiro dentro dos padrões internacionais, com 18 elementos de segurança. Desta forma, o governo brasileiro cumpre, no território nacional, o compromisso constante do Documento nº 9303 da Organização da Aviação Civil Internacional – OACI (ou, em inglês, *International Civil Aviation Organization - ICAO*), agência especializada da Organização das Nações Unidas - ONU. Dessa forma, hoje todos os postos emissores da Polícia Federal no território brasileiro expedem o novo passaporte comum com padrão internacional, inclusive no Estado da Paraíba.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

A importância do novo Sistema Nacional de Passaportes vai além do cumprimento de um compromisso internacional do Brasil, constituindo-se em verdadeiro benefício para o cidadão brasileiro portador do novo documento de viagem. Com o passaporte no padrão da OACI, o nacional tem mais confiabilidade, segurança e agilidade nas suas viagens ao exterior, contribuindo para solidificar a imagem do Brasil como Nação em condições de receber e participar de grandes eventos de cunho internacional.

No ano de 2011, as unidades da Polícia Federal no Estado da Paraíba emitiram 16.752 Passaportes, representando um acréscimo da ordem de 30% em relação ao ano de 2010.

2.3.1.2.2 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro VIII - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando à apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos/CGPRE/DCOR/DPF
Coordenador nacional da ação	Rodrigo Geraldo Aguiar de Avelar
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro IX - Execução Financeira da Ação 2679 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2679	21.944,56	7.644,56	14.300,00	7.644,56

Considerações:

Tem como finalidade promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.

Os esforços desenvolvidos pelo Polícia Federal no Estado da Paraíba, em parceria com outras Instituições do sistema de segurança pública do Estado e de outros Estados da Federação, viabilizaram o alcance dos seguintes resultados em apreensão de drogas em kilogramas:

- Cocaína - 34,92;
- Crack – 60,66; e
- Maconha – 286,277.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

Com relação aos índices de Controle de Produtos Químicos, fizemos um comparativo dos últimos três anos e obtivemos o quadro ilustrativo abaixo:

Quadro X - Índices de Controle de Produtos Químicos Últimos Três Anos

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2009	2010	2011
Empresas Fiscalizadas	-	117	95
Cadastros Aprovados	57	22	30
Licenças Renovadas	-	41	49
Valores Arrecadados – Taxas (R\$)	61.500,00	*	*
Valores Arrecadados – Multas (R\$)	-	*	*

* Valores não disponibilizados pela DCPQ/CGPRE/DCOR

2.3.1.2.3 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro XI - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correções disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Wellington Clay Porcino Silva
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro XII - Execução Financeira da Ação 2720 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2720	52.977,94	52.977,94	0,00	52.977,94

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações:

A ação 2720, que objetiva precipuamente, o fornecimento de meios e recursos para o planejamento e a execução de operações de inteligência e de caráter sigiloso no âmbito do DPF, foi implementada e continua operando de forma exitosa.

Foram realizados trabalhos de inteligência policial em apoio a diversas investigações e operações executadas pela SR/DPF/PB, com destaque para as seguintes ações:

- Gerenciamento do controle de acesso a sistemas de informação (senha – rede), do sistema CNIS e o gerenciamento em nível estadual dos acessos ao sistema INFOSEG. Essas atividades representaram 27 novos pedidos de cadastramento para o sistema Rede – Senha e 22 para o sistema Infoseg, além de 214 pedidos de revalidação de senhas;
- Quanto ao sistema CNIS, o NIP/SR/DPF/PB, além de proceder às consultas próprias no interesse dos procedimentos investigativos, realiza, mediante solicitação das autoridades competentes, consultas para as Delegacias de Campina Grande e Patos, tendo realizado 51



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

procedimentos dessa natureza para a Delegacia de Campina Grande e 18 para a Delegacia de Patos – PB;

- Realização de pesquisas e consultas no interesse das investigações, tendo realizado 44 pesquisas no interesse da Operação Gasparzinho e mais 89 no interesse de outros procedimentos investigativos;
- Foram expedidos no ano 50 pedidos de inteligência, recebidos 45 e produzidos 33 relatórios de inteligência;
- No campo administrativo foram concluídos os procedimentos de instalação dos equipamentos do NIP nas salas que lhe foram destinadas no espaço do novo edifício sede da SR/DPF/PB.

2.3.1.2.4 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro XIII - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar empresas de segurança privada no país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição no Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (Unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro XIV - Execução Financeira da Ação 2726 realizada pela Unidade

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
2726	1.412.107,15	1.412.107,15	0,00	1.411.181,16

Fonte: SIAFI GERENCIAL



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

Considerações:

Tem como finalidade combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra a propriedade intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas da Polícia Federal e com os demais órgãos afins. É também escopo dessa ação executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional, além de fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

Parte significativa do trabalho de Polícia Judiciária da União no Estado é executada com recursos provenientes dessa ação, incluindo as grandes operações policiais realizadas no ano. Foram utilizados recursos descentralizados dessa ação no montante total de R\$ 1.412.107,15 (hum milhão, quatrocentos e doze mil, cento e sete reais e quinze centavos) valor este integralmente liquidado e pago. Destaque-se, contudo, que houve uma redução da ordem de 35% no montante de valores transferidos para ação em relação ao ano de 2010. O quadro a seguir ilustra as principais atividades desenvolvidas no âmbito dessa ação, como segue:

Quadro XV - Índices de Controle de Segurança Privada

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2009	2010	2011
<i>Carteiras de vigilantes expedidas por ano</i>	1.760	1.355	1.326
<i>Certificados homologados das Escolas por ano</i>	5.106	2.672	5.959
<i>Certificados de segurança expedidos</i>	16	35	34
<i>Certificados de vistoria expedidos</i>	64	77	80
<i>Portarias bancárias expedidas</i>	83	246	266
<i>Vistorias realizadas por ano</i>	107	281	281
<i>Valor de Aplicação de multas por ano</i>	-	-	R\$ 22.313,04

Fonte: DREX/SR/DPF/PB

A área de Perícias Criminais desenvolve importante atividade de exame dos vestígios materiais dos crimes que deixam esses vestígios relacionados à atividade de Polícia Judiciária da União, atendendo às requisições oriundas das Autoridades Policiais que Presidem os Inquéritos Policiais, da Justiça por ocasião dos processos criminais em curso, do Ministério Público Federal por intermédio das cotas dirigidas aos inquéritos já relatados, além de, excepcionalmente, demandas da natureza administrativa da própria Polícia Federal e dos outros Órgãos Públicos Federais no exercício de suas competências legais. Como resultado dessa atividade de Polícia Judiciária, foram elaborados os seguintes documentos pelo SETEC/SR/DPF/PB:

Quadro XVI - Laudos Periciais Criminais Produzidos

TIPO DE PERÍCIA – ÁREA DE EXAME	ANO		
	2009	2010	2011
Perícias Contábeis e Econômicas	22	40	71
Perícias Merceológicas	-	-	05
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	59	49	51
Perícias de Balística Forense	39	47	27
Perícias de Engenharia	26	49	46



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

TIPO DE PERÍCIA – ÁREA DE EXAME	ANO		
	2009	2010	2011
Perícias de Informática	127	190	81
Perícias de Laboratório	113	69	76
Perícias de Local de Crime	33	32	26
Perícias de Meio Ambiente	16	39	20
Perícias de Veículos	63	71	54
Perícias Documentoscópicas	208	207	162
Perícias em Bombas e Explosivos	01	00	00
TOTAL GERAL	723	811	620

Quadro XVII - Informações Técnicas Produzidas

TIPOS DE INFORMAÇÕES	QUANTIDADE		
	2009	2010	2011
Informações/Informações Técnicas	168	158	47
Pareceres Técnicos	-	-	02

Fonte: SETEC/SR/DPF/PB

Quadro XVIII - Produção de Natureza Técnica dos Papiloscopistas Policiais Federais

TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE		
	2009	2010	2011
Laudos Perícias Papiloscópicas	36	54	28
Levantamentos de impressões digitais em local do crime	63	26	32
Produção de Retrato Falado	16	09	09

Quadro XIX - Documentos Emitidos com Base no SINIC

ATIVIDADES	Tipos:	QUANTIDADE		
		2009	2010	2011
Inclusões de Prontuários no Sistema Nacional de Identificação Criminal (SINIC) e outros:	Inclusões	1.145	1.452	709
	Folhas de Antecedentes	961	1.679	764
	Alterações de Antecedentes	916	1.670	748
	Consultas criminais	3.889	6.417	4.794

Fonte: NID/SETEC/SR/DPF/PB

Com relação aos Inquéritos Instaurados de Crimes contra o Patrimônio, Fazendários e Previdenciários tivemos uma redução em relação a 2011 da ordem 31% (trinta e um por cento) em relação a 2010, contudo, há que se destacar que o nível de execução orçamentária também sofreu redução da ordem de 20% (vinte por cento) nesse mesmo exercício em comparação a 2010.

Quadro XX - Índices de Crimes

ATIVIDADES	QUANTIDADE		
	2009	2010	2011
Crimes contra o Patrimônio	37	25	46
Crimes Fazendários	56	283	201
Crimes contra a Previdência	112	142	61
TOTAIS	205	450	308

Fonte: SIMPRO

Ainda no contexto das ações realizadas pela unidade SR/DPF/PB no âmbito dessa ação, foram executadas as seguintes Operações Policiais:



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

Quadro XXI - Principais Operações Policiais Realizadas nessa Ação e Resultados Obtidos

OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO	RESULTADOS
<i>Amparo</i>	<i>Desarticular Organização criminosa especializada em fraudar a concessão de seguro desemprego.</i>	<i>05 Mandados Prisão e 18 de Busca e Apreensão.</i>
<i>Pintando o Sette</i>	<i>Combate a pedofilia via internet. Operação conjunta com a SR/PR e a SR/PB.</i>	<i>01 Mandado Prisão e 02 de Busca e Apreensão.</i>
<i>Prevenção II</i>	<i>Dia Nacional de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. Realização de palestras em escolas públicas e particulares e visitas preventivas a lan houses. “Conectando gerações – Descobrimo o mundo digital juntos...com segurança!”</i>	<i>Conscientização do público jovem e adolescente sobre o problema dos riscos relacionados ao uso da internet.</i>
<i>Gasparzinho</i>	<i>Desarticular organização criminosa especializada em fraudar licitações através da utilização de empresas de fachada.</i>	<i>15 Mandados Prisão e 12 de Busca e Apreensão.</i>
<i>Arapongas</i>	<i>Combate a comercialização de animais através de site na internet (no Brasil e exterior). Operação conjunta com a SR/PR, SR/SP e SR/PB realizada também com parceria do IBAMA.</i>	<i>01 Mandado Prisão e 01 de Busca e Apreensão.</i>
<i>Castelo</i>	<i>Prisão de um dos maiores assaltantes de banco da Região Nordeste. O preso também era procurado em Minas gerais e em outros estados brasileiros.</i>	<i>01 Mandado Prisão.</i>
<i>Shekel</i>	<i>Combate a falsificação de cédulas e colocação das mesmas em circulação.</i>	<i>05 Mandados Prisão e 04 de Busca e Apreensão.</i>
<i>Agendamento Virtual</i>	<i>Desestruturação de Organização Criminosa com atuação na Paraíba que fraudava concessão de benefício previdenciário.</i>	<i>23 Mandados Prisão e 33 de Busca e Apreensão.</i>
<i>Abismo e Abismo II IPL 283/2011</i>	<i>Investigação sobre ORCRIM de assaltantes de bancos e ladrões de correios.</i>	<i>28 Prisões em Flagrante.</i>
<i>Planice II – IPL 322/2012</i>	<i>Investigação sobre ORCRIM de assaltantes que se encontravam em atividade.</i>	<i>02 Prisões em Flagrante.</i>
<i>Sertão</i>	<i>Combate ao tráfico de drogas na região do sertão da Paraíba e Estados vizinhos.</i>	<i>06 Mandados de Prisão.</i>

Fonte: DRCOR/SR/DPF/PB

2.3.1.2.5 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro XXII - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Luciana do Amaral Alonso Martins
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (Unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro XXIII - Execução Financeira da Ação 4572 realizada pela Unidade



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

Ação	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Restos a pagar não processados (R\$)	Valores Pagos (R\$)
4572	2.190,00	2.190,00	0,00	2.190,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações:

A ação sob análise tem a finalidade primordial de formar, capacitar e aprimorar os recursos humanos do Órgão.

Foi feito levantamento prévio das necessidades de treinamento e capacitação de servidores desta Unidade para o período 2011. Os recursos descentralizados nesta ação foram de R\$ 2.190,00 (dois mil, cento e noventa reais), todos liquidados e pagos.

Assim, destaca-se a proveitosa parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e DTCOM, na qual vários servidores puderam realizar cursos em 2011, participando por meio de ações de Educação e Ensino à Distância – EAD, custeadas com recursos orçamentários do PRONASCI, contando com 13, 08 e 18 participantes, nos 21º, 22º e 23º ciclos, respectivamente. Trata-se de uma parceria que gerou bons resultados, pois consistem em cursos voltados para a área de segurança pública, que não demandam altos custos para a Unidade. São necessários apenas terminais de computador conectados à internet e dedicação de tempo do servidor.

O Núcleo de Armamento e Tiro da SR/DPF/PB também promoveu treinamentos específicos na área do saber policial, contribuindo para aprimorar as metodologias de ação da Polícia Federal no tocante ao manuseio de armamento - a serviço, em cursos de capacitação ou em ocasiões diversas para todo o efetivo policial da unidade, os quais não passam pelo controle do SRH.

Quadro XXIV - Ações de capacitação realizadas na Unidade em 2011

**PLANO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS – PCDRH
RELATÓRIO DE SOLICITAÇÃO DE AÇÃO DE CAPACITAÇÃO 2011 COM ÔNUS PARA O DPF**

CURSO	ÁREA DE ATUAÇÃO (Fim/Apoio Administrativo)	NÚMERO DE SERVIDORES BENEFICIADOS	PERÍODO	CUSTO TOTAL
<i>Sanções Administrativas aplicáveis a licitantes e contratados à luz da Jurisprudência do TCU – Rio de Janeiro?RJ – Prot. 08375.006335/2011-56.</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>1</i>	<i>02 a 05/08/2011</i>	<i>2.190,00</i>
<i>VIII – SEMANA DE AOFCP – Oficina: Controle da Gestão Pública.</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>1</i>	<i>11 a 15/07/2011</i>	<i>200,00</i>
<i>Elaboração de Planilhas de Custos e Formação de Preços nas Contratações de Serviços Contínuos Usuais na Administração Pública.</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>2</i>	<i>-</i>	<i>4.731,00</i>

**PLANO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS – PCDRH
RELATÓRIO DE SOLICITAÇÃO DE AÇÃO DE CAPACITAÇÃO 2011
SEM ÔNUS PARA O DPF – EDUCAÇÃO E ENSINO A DISTÂNCIA**



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

CURSO	ÁREA DE ATUAÇÃO (Fim/Apoio Administrativo)	NÚMERO DE SERVIDORES BENEFICIADOS	PERÍODO	CUSTO TOTAL
<i>Análise Criminal</i>	<i>Fim</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 22</i>	<i>-</i>
<i>Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial</i>	<i>Fim</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 21</i>	<i>-</i>
<i>Atendimento as mulheres em situação de violência</i>	<i>Fim</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 21</i>	<i>-</i>
<i>Atuação Policial frente aos grupos vulneráveis</i>	<i>Fim</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 22</i>	<i>-</i>
<i>Concepção e aplicação do estatuto da criança e o adolescente</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 21</i>	<i>-</i>
<i>Emergencista pré-hospitalar I</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 22</i>	<i>-</i>
<i>Emergencista pré-hospitalar I</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 23</i>	<i>-</i>
<i>Espanhol básico I</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 23</i>	<i>-</i>
<i>Espanhol básico II</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>06</i>	<i>Ciclo 23</i>	<i>-</i>
<i>Formação de formadores da polícia federal</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 21</i>	<i>-</i>
<i>Formação de tutores</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 21</i>	<i>-</i>
<i>Formação de tutores</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 23</i>	<i>-</i>
<i>Gerenciamento de crises</i>	<i>Fim</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 21</i>	<i>-</i>
<i>Gestão de Projetos</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 23</i>	<i>-</i>
<i>Inglês I</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>03</i>	<i>Ciclo 22</i>	<i>-</i>
<i>Inglês I</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>03</i>	<i>Ciclo 23</i>	<i>-</i>
<i>Investigação Criminal I</i>	<i>Fim</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 21</i>	<i>-</i>
<i>Investigação Criminal I</i>	<i>Fim</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 22</i>	<i>-</i>
<i>Investigação Criminal II</i>	<i>Fim</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 23</i>	<i>-</i>
<i>Planejamento Estratégico</i>	<i>Fim</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 21</i>	<i>-</i>
<i>Português Instrumental</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 22</i>	<i>-</i>
<i>Redação Técnica</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>03</i>	<i>Ciclo 21</i>	<i>-</i>
<i>Redação Técnica</i>	<i>Apoio Administrativo</i>	<i>03</i>	<i>Ciclo 23</i>	<i>-</i>
<i>Sistemas e gestão em segurança pública</i>	<i>Fim</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 21</i>	<i>-</i>
<i>Tráfico de seres humanos</i>	<i>Fim</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 23</i>	<i>-</i>
<i>Uso da informação na gestão de segurança pública</i>	<i>Fim</i>	<i>01</i>	<i>Ciclo 21</i>	<i>-</i>

Fonte: Equipe de Treinamento e Desenvolvimento da SR/DPF/PB



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

2.3.1.3 – Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

Quadro XXV - Dados do Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos						
Objetivos Específicos: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça.						
Gerente: Augusto Viana Galloro				Responsável: Não há responsável vinculado		
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não há	Não há	10.684,69	-	10.684,69	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Este programa não possui indicadores	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não há						
Análise do Resultado Alcançado						
Não há						

Fonte: SIGPLAN e SIAFI GERENCIAL

¹As Superintendências Regionais operam apenas na execução orçamentária das ações. Não há dotação orçamentária específica. Esta informação constará apenas do Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Análise Crítica da Programação Orçamentária

O Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal tem como finalidade de dotar a Polícia Federal da infraestrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades com a construção e ampliação de bases operacionais, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública.

No tocante a esta Descentralizada, tal recurso foi disponibilizado no final do exercício de 2011, gerando-se, dessa forma, a situação de Inscrição em Restos a Pagar em sua totalidade. Para esse programa os recursos foram disponibilizados na ação 8980 – Construção e Ampliação de Unidades da do Departamento de Polícia Federal, correspondendo à execução de parcela da obra de construção da Delegacia de Polícia Federal no Município de Campina Grande – PB.

2.3.1.4 – Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Quadro XXVI - Dados do Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0089	Denominação: Previdência de Inativos e Pensionista da União
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não Possui.	
Objetivos Específicos: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

<i>União e seus pensionistas e dependentes.</i>						
<i>Gerente: Não há gerente vinculado</i>			<i>Responsável: Não há responsável vinculado</i>			
<i>Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.</i>						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>					
Não há	Não há	23.758,16	23.758,16	-	23.758,16	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida (%)	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a despesa líquida com inativos e pensionistas e a receita corrente líquida da União, onde despesa líquida = despesa com aposentadorias e pensões deduzido o valor total da contribuição para o plano de Seguridade Social.						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito Nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/PB						

Fonte: SIGPLAN e SIAFI GERENCIAL

¹As Superintendências Regionais operam apenas na execução orçamentária das ações. Não há dotação orçamentária específica. Esta informação constará apenas do Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Análise Crítica da Programação Orçamentária

O Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União tem como única Ação a 0181 – Pagamentos de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis, cuja finalidade é garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio. Através do pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores, a qual é quase totalmente executada de forma centralizada pela unidade central de Recursos Humanos, uma vez que os custos com a folha são executados dessa forma (centralizada).

2.3.2) Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Quadro XXVII - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação¹	Prioridade²	Unidade de Medida⁴	Meta prevista⁴	Meta realizada³	Meta a ser realizada em 2011⁴
6	122	0750	2000	A	3	NA	NA	3.903.550,25	NA
	122	0662	2000	A	3	NA	NA	64.852,00	NA
	125	0662	2679	A	3	NA	NA	21.944,56	NA
	125	0662	2586	A	3	NA	NA	8.560,00	NA
	128	0662	4572	A	3	NA	NA	2.190,00	NA
	181	0662	2726	A	3	NA	NA	1.412.107,15	NA
	181	1353	8980	A	3	NA	NA	10.684,89	NA
	183	0662	2720	A	3	NA	NA	52.977,94	NA
	422	1453	20EV	A	3	NA	NA	-	NA
			8375	A	3	NA	NA	-	NA



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

9	271	0087	8452		3	NA	NA	-	NA
	272	0089	0181	OP	3	NA	NA	23.758,16	NA

Fonte: SIGPLAN e Portal SOF

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ Valores executados em R\$

⁴ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Análise Crítica da Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Tendo em vista que esta Descentralizada atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, as metas físicas e financeiras estabelecidas no Plano Plurianual – PPA 2008/2011 e gerenciadas no sistema SIGPLAN referem-se a todo o Departamento de Polícia Federal, não havendo por parte dessa unidade administrativa descentralizada a regionalização das referidas metas, a execução física das ações realizadas por esta UJ, apresenta-se, de forma individualizada nos subitens que avaliaram o desempenho operacional das ações com indicadores de desempenho. No conjunto do Órgão a execução física das ações será devidamente avaliada no relatório da Unidade Gestora Centralizadora do DPF.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação Orçamentária da Despesa

As informações de dotação não se aplicam a unidade, pois a fixação da despesa orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, do Departamento de Polícia Federal, e não desce ao nível das Unidades Executoras.

Quadro XXVIII - Unidades Responsáveis pela Programação Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de polícia federal	30108	200336
Fundo para aparelhamento e operacionalização das Atividades-fim da polícia federal - FUNAPOL	30909	200337

2.4.2) Execução da Despesa Orçamentária

Quadro XXIX - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-
	Recebidos	0181	23.758,16	-	-
		2000	-	-	3.611.819,73
		20EV	-	-	-
		8375	-	-	-
		8452	-	-	-
		2000	-	-	50.861,14
		2586	-	-	8.560,00
		200396	-	-	-
	200397	-	-	-	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

			2679			21.944,56
			2720	-	-	52.977,94
			2726	-	-	1.412.107,15
			4572	-	-	2.190,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200396	2000	1.051.471,67	-	-
		200397	8980	24.675,55	-	-

Fonte: Siafi GERCIAL

Análise Crítica das Concessões e Recebimento de Créditos Orçamentários por Movimentação Interna

A Superintendência de Polícia Federal no estado da Paraíba recebe recursos através de movimentação interna, recursos estes provenientes da unidade central de orçamento e finanças – COF situada no Edifício Sede em Brasília/DF e não realiza movimentação externa, portanto, os campos relativos a esse tipo de movimentação foram excluídos do quadro XXIV. O detalhamento dos gastos está subdividido por Ação, conforme já ilustrado nos quadros específicos de análise de cada uma das ações executadas por essa UJ.

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

A unidade não opera com créditos originários, posto que executa orçamento transferido do órgão central.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Unidade Jurisdicionada por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro XXX - Despesa por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2010	2011	2010	2011
Modalidade de Licitação	4.594.516,73	1.068.253,07	2.596.507,25	1.068.253,07
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	1.998.009,48	0,00	0,00	0,00
Pregão (Tradicional + Registro de Preços)	2.596.507,25	1.068.253,07	2.596.507,25	1.068.253,07
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	1.129.093,64	645.665,25	1.129.093,64	645.665,25
Dispensa	961.371,69	545.698,77	961.371,69	545.698,77



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

<i>Inexigibilidade</i>	167.721,95	99.966,48	167.721,95	99.966,48
Regime de Execução Especial	104.224,56	116.585,58	104.224,56	116.585,58
<i>Suprimento de Fundos</i>	104.224,56	116.585,58	104.224,56	116.585,58
Pagamento de Pessoal	2.617.801,02	2.854.785,96	2.617.801,02	2.838.571,27
<i>Pagamento em Folha¹</i>	-	-	-	-
<i>Diárias</i>	2.617.801,02	2.854.785,96	2.617.801,02	2.838.571,27
Outros (Não se Aplica)	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi GERENCIAL

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central – UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência Regional constarão no Relatório de Gestão consolidado do DPF.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro XXXI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal	17.484,92	23.758,16	17.484,92	23.758,16	0,00	0,00	17.484,92	23.758,16
08 – Outros Benefícios Assistenciais	17.484,92	23.758,16	17.484,92	23.758,16	0,00	0,00	17.484,92	23.758,16
3 – Outras Despesas Correntes	6.502.918,31	5.160.460,52	6.158.697,56	4.666.139,00	344.315,75	495.247,51	6.158.602,56	4.649.924,31
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.544.339,91	1.967.203,95	1.451.751,77	1.606.190,67	92.588,14	361.013,28	1.451.751,77	1.606.190,67
14 – Diárias – Pessoal Civil	2.617.896,02	1.510.721,77	2.617.896,02	1.510.721,77	95,00	925,99	2.617.801,02	1.509.795,78
30 – Material de Consumo	609.324,80	450.474,17	492.687,11	373.817,39	116.637,69	76.656,78	492.687,11	373.817,39
<i>Outros</i>	1.731.357,58	1.232.060,63	1.596.362,66	1.175.409,17	134.994,32	56.651,46	1.596.362,66	1.160.120,47

Fonte: Siafi GERENCIAL

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro XXXII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
4 – Investimentos	3.051.522,16	316.406,07	943.392,17	10.590,86	2.108.129,98	305.815,25	943.392,17	10.590,86
51 – Obras e Instalações – Op. Int. Orc.	1.998.009,49	10.684,69	-	-	1.998.009,48	10.684,69	-	-
52 – Equip. e Material Permanente – Op. Intra-Orc.	1.053.512,67	305.721,38	943.392,17	10.590,86	110.120,50	295.130,56	943.392,17	10.590,86

Fonte: Siafi GERENCIAL

Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Alguns aspectos importantes de análise crítica dos recursos executados estão contidos na análise dos programas pelos quais o SR/DPF/PB recebeu recursos para executar suas atividades precípuas. Ademais, cabe destacar alguns outros aspectos positivos e negativos relacionados à execução orçamentária e financeira.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

A natureza da atuação da unidade que apenas executa recursos descentralizados do Órgão Central o inviabiliza de executar despesas com Juros e Encargos da Dívida, do grupo de despesas correntes, bem como despesas com Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, do grupo de despesas de capital; portanto, as linhas correspondentes a essas informações foram excluídas nos quadros XLI e XLII, respectivamente.

Contingenciamento no exercício: O contingenciamento de créditos orçamentários mediante o mecanismo de limitação de saldos para empenho aliada à política de repasses financeiros em patamares insuficientes às necessidades correntes, fatos esses ocorridos no exercício, teve impacto negativo na relação com os fornecedores, com atrasos no pagamento de faturas e dificuldades no cumprimento dos contratos, e também nas ações dos servidores da Polícia Federal, utilização de viaturas (combustíveis) e com pagamento de passagens e diárias para deslocamento.

Eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária: O contingenciamento de recursos, a intempestividade na sua liberação e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência Regional, chegando, em alguns casos, a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos, com a postergação de medidas investigativas em prejuízo à tempestividade necessária a esse tipo de ação.

Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda por serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo quando se aproximam grandes eventos internacionais que o País sediará, os recursos humanos e materiais constituirão fatores decisivos para o melhor cumprimento das missões da Polícia Federal.

Eventos positivos que facilitaram a execução orçamentária: Atendendo metas de contenção de despesas, houve economia de cerca de 25% (vinte e cinco por cento) nas faturas de serviços de telefonia no DPF, no exercício de 2011 em comparação com 2010. Essa medida só foi possível em função da disseminação entre os servidores do Órgão quanto ao uso do *VOIP - Voice Over Internet Protocol* (tecnologia de transmissão de voz sobre protocolo de internet). O uso desse serviço permite que ligações telefônicas sejam realizadas por meio da rede internet ou através de redes de dados corporativas.

Uma das grandes vantagens do uso do VOIP é de não haver custo, exceto aqueles previstos com o uso da rede lógica, nas ligações telefônicas entre Delegacias do interior e a SR/DPF/PB, e vice-versa, bem como em ligações interurbanas realizadas entre Unidades de Estados distintos. A SR/DPF/PB é uma das dez Regionais do DPF que já utiliza o serviço de VOIP de forma regular.

Destaca-se ainda o uso da videoconferência como meio de aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação interna, em funcionamento na SR/DPF/PB desde o início de 2010. Tal tecnologia tem permitido significativa redução de custos com diárias de servidores, de forma que os responsáveis por núcleos de investigação bem como dirigentes de Setor, Delegacia, Divisão, entre outros, podem promover intercâmbio simultâneo de informações, sem necessidade de locomoção geográfica.

Além das facilidades do VOIP e da videoconferência, salienta-se a gestão mais eficaz da telefonia fixa convencional nesta Unidade Jurisdicionada proporcionada por medidas de controle e identificação dos usuários da telefonia e das respectivas ligações telefônicas realizadas, sobretudo aquelas efetuadas fora do interesse do serviço, cujo custo é ressarcido à União mediante o pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU) pelo responsável. A liberação de acesso ao



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

serviço de telefonia, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, exige senha individual e perfil de acesso para cada usuário.

Nessa mesma linha de gerenciamento de custos, visando sua redução sem prejuízo do bom andamento do serviço, foram implementadas ações de redução nos custos de energia elétrica, com estabelecimento de contratos de fornecimento em perfis adequados ao padrão de consumo da unidade.

2.4.3) Indicadores Institucionais

Diante da grande dificuldade de se estabelecer indicadores de desempenho na instituição, tendo em vista as infinitudes de atribuições e de processos, bem como, a necessidade de se padronizar tais indicadores em todas as Unidades da Polícia Federal, esta Regional não possui tais elementos institucionalizados.

Visando resolver os problemas acima expostos, a Direção Geral contratou a Fundação Getúlio Vargas – FGV que terá a incumbência de mapear os processos da instituição e estabelecer indicadores de desempenho para todo Órgão. Essa medida será complementada com a elaboração de uma instrução normativa para definir os métodos e os responsáveis para gerenciar cada indicador.

Como não foram apresentados tais indicadores foi questionada a Sede em Brasília, por meio de contato com o Escritório de Planejamento Estratégico, o qual remeteu a seguinte informação:

[...] o contrato com a FGV foi interrompido e não chegou a gerar resultados práticos.

Em relação a novas iniciativas o CIGE (Centro Integrado de Gestão Estratégica) tem estudado sobre indicadores e neste momento estão sendo propostos, com a participação de representantes de todas as Diretorias, indicadores de desempenho e metas para 4 Objetivos do Mapa Estratégico do Ministério da Justiça que ficaram sob responsabilidade da Polícia Federal.

Em seguida a este trabalho o CIGE, com a participação dos representantes das Diretorias, irá iniciar o trabalho para propor indicadores e metas para o Mapa Estratégico da Polícia Federal (vide <http://intranet.dpf.gov.br/cige/servicos/escritorio-de-planejamento-estrategico-epes/MapaEstrategicoPF.pdf>) de forma alinhada com o proposto para o MJ, sendo um passo posterior o desmembramento do nosso Plano estratégico (vide página do CIGE na intranet <http://intranet.dpf.gov.br/cige>) para os Planos Táticos e Planos Operacionais e que com certeza atingirá toda a Polícia Federal.

Temos ainda em relação aos indicadores o trabalho de revisão dos indicadores e metas para os Planos e Ações que serão propostos no PPA 2012-2015 que está sendo feito por um Grupo de Trabalho[...]

ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/20

3. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES



3.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro XXXIII – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores <i>Valores em R\$ 1,00</i>				
<i>Restos a Pagar Processados</i>				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2011</i>
2010	2.628.059,81	121.968,98	630.984,62	1.875.106,21
2009	847.401,77	253.442,48	467.004,23	127.404,94
2008	594.378,27	172.725,70	345.098,02	17.113,18
...				

Fonte: Siafi GERENCIAL

3.2) Análise Crítica:

A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ

Pela análise do quadro, constata-se que a sistemática de rolagem de dívida adotada pelo Governo, por meio da figura de restos a pagar, apesar de sua previsão legal, torna-se perniciosa tanto para o órgão quanto para os fornecedores. Considerando que o limite de pagamento é menor ou igual ao limite do empenho para o exercício, essa sistemática tem onerado em demasia as setoriais financeiras, gerando a cada ano maiores saldos de restos a pagar. Uma forma de evitar essa sistemática seria a STN desenvolver uma política visando baixar os saldos de restos a pagar, utilizando-se dos diversos superávits financeiros gerados nos últimos exercícios, de forma a facilitar as negociações junto aos fornecedores de bens e serviços.

Destaque-se ainda que para os exercícios sob análise não houve inscrições de restos a pagar não processados, portanto, os campos relativos a essa informação foram excluídos do quadro XLIII.

ITEM 4 DA PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/20

4. RECURSOS HUMANOS

4.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro XXXIV - Composição do Quadro de Recursos Humanos em 31/12/20.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	305	308	16	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	305	308	16	20
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	305	308	16	20
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	305	308	16	20

Fonte: SIAPE, PORTARIA nº 2561/2011-DG/DPF

Quadro XXXV - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ em 31/12/2010

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	4
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	12
3.1. De ofício, no interesse da Administração	6
3.2. A pedido, a critério da Administração	4
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	2
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	3
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	3
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	21

Fonte: SIAPE

Quadro XXXVI – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	4	4	4	2
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4	4	4	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	1
2. Funções gratificadas	23	23	10	10
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	23	23	10	10
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	27	27	14	12

Fonte: SIAPE

Quadro XXXVII – Quantidade de Servidores por UJ por Faixa Etária em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	4	89	116	68	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	4	89	116	68	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	1	11	9	6	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	2	2	-	-
2.3. Funções gratificadas	1	9	7	6	-
3. Totais (1+2)	5	100	125	74	4

Fonte: Sistema SRH/CTI/DPF, FICHAS FUNCIONAIS

Quadro XXXVIII – Quantidade de Servidores por UJ por Nível de Escolaridade em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	2	77	177	18	6	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	2	77	177	18	6	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	19	8	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	2	2	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	17	6	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	2	77	196	26	6	1

LEGENDA



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE, PASTAS DE ASSENTAMENTOS FUNCIONAIS

4.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão Consolidado pelo Órgão Central. Os quadros expostos adiante, sobre aposentadorias e pensões concedidas no âmbito da SR/DPF/PB, referem-se a dados apenas ano exercício de 2011, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado e informado pela CRH/DGP/DPF.

Quadro XXXIX - Composição do Quadro de Servidores Inativos - 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	139	7
1.1 Voluntária	117	7
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	22	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	16	1
2.1 Voluntária	8	-
2.2 Compulsória	-	1
2.3 Invalidez Permanente	8	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	155	8

Quadro XL - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - em 31/12/2010

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	64	1



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

1.1. Integral	52	1
1.2. Proporcional	12	-
2. Em Atividade	-	-
3. Total (1+2)	64	1

Fonte: SIAPE

4.3) Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ

Os custos de pessoal foram informados pelo Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/PB nos valores disponibilizados no sistema SIAPE, correspondendo às rubricas de natureza remuneratória dos servidores efetivos, comissionados e ocupantes de funções de confiança (detalhamento de vencimentos e despesas variáveis, adicionais, gratificações e indenizações), além dos custos com servidores cedidos.

Destaque-se que as informações relativas a Membros de Poder e Agentes Políticos não se aplicam ao Órgão DPF, portanto, foram excluídos do quadro LXII, assim como os contratos temporários que não tiveram ocorrência juntamente com os servidores ocupantes de cargos de natureza especial.

Quadro XLI - Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de Referência e nos Dois Imediatamente Anteriores

Valores em R\$
1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis (Decisões)	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2011	40.331.908,74	58,58	1.087.616,58	14.893,05	1.936.503,05	877.382,99	466.768,05	44.715.131,01
2010	42.014.015,59	-	1.143.255,95	27.918,83	1.067.436,44	1.130.801,97	756.038,60	46.139.467,38
2009	42.264+841,57	-	1.141.016,17	12.678,48	1.086.892,44	784.264,53	618.138,61	45.907.831,80
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2011	387.864,37	-	-	-	14.580,00	10.251,92	-	659.403,08
2010	757.502,17	-	-	-	4.856,00	33.703,04	-	502.549,04
2009	973.338,98	-	-	-	3.906,00-	40.524,42	-	414.224,74
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2011	608.797,73	-	49.571,96	-	10.640,00	31.181,76	-	700.191,45
2010	619.134,27	-	47.903,29	-	14.592,00	54.707,52	-	736.337,08
2009	612.620,98	-	50.401,54	-	14.592,00	104.015,04	-	781.629,56
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2011	3.803.594,48	-	25.046,23	-	57.672,90	57.672,90	13.139,00	4.003.564,93
2010	3.602.892,46	-	26.382,03	-	58.208,65	58.208,65	-	3.767.739,14
2009	3.446.183,91	-	26.123,56	-	83.074,78	83.074,78	-	3.616.182,25

Fonte: SIAPE

4.4) Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

Quadro XLII - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza/Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA													
UG/Gestão: 200396						CNPJ: 00.394.494/0031-51							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2011	V	O	03/2011	03.943.019/0001-97	01/01/2011	31/12/2011	16	16					P
2011	V	O	04/2011	05.554.220/0001-80	01/01/2011	31/12/2011	04	04					P
2011	V	O	05/2011	10.566.345/0001-60	01/01/2011	31/12/2011	04	04					P
2011	L	O	013/2011	41.305.228/0001-77	01/10/2011	31/12/2011	03	03					P
2011	L	O	015/2011	04.427.309/0001-13	01/10/2011	10/01/2012	13	13					E
2011	L	O	016/2011	13.185.192/0001-08	01/10/2011	31/12/2011	02	02					P
2011	L	O	017/2011	24.217.010/0001-41	01/10/2011	31/12/2011	01	01					P
Observação: CONTRATO 07/2006 PRORROGADO NOS TERMOS DO § 4º DO ARTIGO 57 DA LEI 8.666/93; LICITAÇÃO EM ANDAMENTO PARA ADEQUAR QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS PELA ÁREA CONSTRUÍDA.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: GESTÃO DE CONTRATOS

Quadro XLIII - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA													
UG/Gestão: 200396						CNPJ: 00.394.494/0031-51							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2011	3	O	012/2011	41.305.228/0001-77	01/10/2011	31/12/2011	04	04					P
2011	1	O	014/2011	41.305.228/0001-77	01/10/2011	31/12/2011			02	02			P
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: GESTÃO DE CONTRATOS



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

Quadro XLIV - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

<i>Identificação do Contrato</i>	<i>Área</i>	<i>Qtd.</i>	<i>Unidade Administrativa</i>
<i>03/2011</i>	<i>8</i>	<i>16</i>	<i>SR/DPF/PB</i>
<i>04/2011</i>	<i>8</i>	<i>04</i>	<i>DPF/CGE</i>
<i>05/2011</i>	<i>8</i>	<i>04</i>	<i>DPF/PAT</i>
<i>013/2011</i>	<i>7</i>	<i>03</i>	<i>SR/DPF/PB, DPF/CGE e DPF/PAT</i>
<i>015/2011</i>	<i>7</i>	<i>13</i>	<i>SR/DPF/PB</i>
<i>016/2011</i>	<i>7</i>	<i>02</i>	<i>DPF/CGE</i>
<i>017/2011</i>	<i>7</i>	<i>01</i>	<i>DPF/PAT</i>
<i>012/2011</i>	<i>3</i>	<i>04</i>	<i>SR/DPF/PB</i>
<i>014/2011</i>	<i>1</i>	<i>02</i>	<i>SR/DPF/PB</i>

LEGENDA
Área:

- Apoio Administrativo Técnico e Operacional;*
- Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;*
- Serviços de Copa e Cozinha;*
- Manutenção e conservação de Bens Móveis;*
- Serviços de Brigada de Incêndio;*
- Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;*
- Higiene e Limpeza;*
- Vigilância Ostensiva;*
- Outras.*

Fonte: GESTÃO DE CONTRATOS

4.5) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Diretoria de Gestão de Pessoal informa que a Polícia Federal não tem indicadores gerenciais sobre recursos humanos estruturados. Foram realizadas duas pesquisas sobre clima organizacional nos anos 2007 e 2008. Está em curso a implantação de Gestão por Competência e a criação de um sistema informatizado que dará suporte ao projeto, o qual já tem alguns módulos em funcionamento. A partir da implantação da Gestão por Competências, serão criados os indicadores Gerenciais citados.

Considerações:

Verificamos que houve um ligeiro acréscimo no número de servidores de 2010 para 2011 e o número de aposentadorias permaneceu relativamente estável, logo os valores de gastos com pessoal sofreram ligeira redução refletindo a estagnação salarial, sem correção há mais de três anos e a diminuição no ritmo das progressões, uma vez que os impactos decorrentes do Decreto 7014/2009 de 23.11.2009 foram incorporado nos exercícios de 2009 e 2010.

A composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade levou em consideração para o levantamento dos dados, as informações prestados pelos servidores ao setor de recursos humanos e o cadastro dos servidores no SIAPE, por isso o número reduzido de servidores com nível de aperfeiçoamento/especialização/pós-graduação, pois muitos servidores não



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

apresentam ao setor de recursos humanos seus certificados de pós-graduação. Não consideramos como pós-graduação os servidores posicionados na classe especial, que fizeram curso especial de polícia na Academia Nacional de Polícia do DPF, pois verificamos que alguns dos servidores posicionados nesta classe não possuem nível de graduação.

Informamos que o acréscimo substancial do valor das indenizações de 2010 para 2011 referem-se, principalmente, ao pagamento do ressarcimento a assistência médica/odontológica, para os servidores, antes este valor não era pago aos servidores que possuíam planos de saúde avulso, a partir do mês de setembro de 2010 esta indenização passou a ser paga diretamente no contra cheque dos servidores. Com relação aos benefícios assistenciais e previdenciários, estes sofreram ligeira redução e estão diretamente ligados à estagnação do valor do Auxílio Alimentação que permaneceu sem qualquer correção no ano de 2011.

No tocante as Delegacias, estas continuam com uma grande demanda de serviços administrativos, para o numero escasso de servidores, o que gera a necessidade de aumento no quadro de servidores administrativos das Delegacias de Polícia Federal em Patos e em Campina Grande, de modo a não permitir a sobrecarga em alguns servidores e prejudicar a qualidade da atividade prestada.

Em conjunto com o Setor de Atendimento Médico, o SRH local coordena as licenças por motivo de doença, bem como convoca os servidores para as perícias médicas periódicas. Quanto aos acidentes de trabalho, a Corregedoria local é a responsável pela apuração de sindicâncias.

O quantitativo de contratos de terceirização de mão-de-obra sofreu acréscimo em função da necessidade de dotar as três unidades da Polícia Federal no Estado dos quantitativos mínimos de pessoal para executar as atividades de vigilância ostensiva, higiene e limpeza.

Contudo, essa unidade não tem operado com o sistema de contratação de estagiários nos últimos exercícios, por isso o quadro relativo a essa informação foi excluído do relatório. Pretende-se para os exercícios seguintes iniciarem-se os procedimentos para contratação desse tipo de mão-de-obra, posto enquadrar-se na política de geração de oportunidade de iniciação no trabalho para jovens estudantes.

Segundo o Serviço Médico do DPF, está sendo desenvolvido sistema Gerencial para o adequado acompanhamento dos procedimentos de Acidentes de Trabalho e doenças ocupacionais, que possibilitará a prestação de detalhamentos adicionais para os órgãos de controle. Nesta Unidade Jurisdicionada, não houve nenhuma ocorrência de doença ocupacional comprovada em 2011.

- Rotatividade (*turnover*) – Encontra-se em desenvolvimento pela DGP relatório de análise da Rotatividade de pessoal.

- Educação Continuada - A DGP pretende elaborar relatório gerencial que demonstre a quantidade de cursos disponibilizados e aqueles efetivamente realizados.



ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

5. 1) DECLARAÇÃO SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS – SIASG E SICONV

Quadro XLV - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado da Paraíba	200396, 200397
<p>Eu, Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes, CPF nº368.593.623-91, ocupante do cargo de Perito Criminal Federal da Primeira Classe, com exercício na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba, declaro junto aos órgãos de Controle Interno e Externo que todas as informações referentes a contratos celebrados por esta unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p>João Pessoa/PB, 20 de Março de 2012</p> <hr/> <p>Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes Perito Criminal Federal da 1ª Classe Chefe do Serviço da Administração e Logística Policial/SR/DPF/PB</p>	

ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

6. 1) Informações sobre Declarações de Bens e Rendidas

Em relação à obrigatoriedade de entrega da Declaração de Bens e Rendimentos – DBR, nos termos da Lei Federal 8.730 de 10 de novembro de 1993, esta unidade conta apenas com servidores ocupantes funções de confiança e cargos em comissão que os obriga a apresentar essa declaração,



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

portanto, os campos relativos às autoridades dos incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93 e os detentores de cargos eletivos foram excluídos do quadro XLIV.

Quadro XLVI– Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	04	00	04
	Entregaram a DBR	04	00	04
	Não cumpriram a obrigação	00	00	00

FONTE: SRH/SR/DPF/PB

6. 2) Análise Crítica

O Setor de Recursos Humanos (SRH) da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba vem cumprindo as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, de maneira que todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada que estão obrigados, por força de lei, à entrega das suas Declarações de Bens e Rendas (DBR), são instados a fazê-lo anualmente.

Adicionalmente, os servidores desta Unidade também têm autorizado o acesso das suas Declarações Anuais de Ajuste de Imposto de Renda, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por intermédio de assinatura e entrega ao SRH de Termo de Autorização de Acesso, cujo modelo de documento foi estabelecido pela Coordenação de Recursos Humanos do DPF, para fins de cumprimento da exigência contida no parágrafo 4º do art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do art. 3º do Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005.

ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

7. 1) ESTRUTURA DOS CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO XLVII - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA SR/DPF/PB

Aspectos do Sistema de Controle Interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e			x		



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			x		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			x		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			x		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Considerações gerais					
Metodologia utilizada pela UJ para responder os quesitos: Foi designado um servidor, Chefe do Serviço de Administração e Logística Policial, portanto conhecedor dos procedimentos relacionados aos Controles Internos e					



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

Administrativos da Unidade Jurisdicionada lotado e também Policial Federal (Perito Criminal Federal) e nessa condição, conhecedor das rotinas relacionadas à atividade fim da unidade.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

7. 2) Análise Crítica

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba não possui servidor especialmente designado para acompanhar os procedimentos relativos aos controles internos.

Até o presente momento, estas atribuições são realizadas pela estrutura formal da unidade administrativo, mediante implementação de procedimentos de conformidade contábil e de gestão, bem como pelo rigoroso critério de segregação de funções que envolvem as rotinas de planejamento, execução orçamentária e financeira, licitações e contratos, controle de estoques e de patrimônio e de ordenação e despesa.

Importa frisar ainda que o Órgão formalmente responsável pelo acompanhamento desses procedimentos no âmbito do Poder Executivo é a Controladoria-Geral da União, e no caso específico do DPF, com apoio de um Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais Órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Nesse contexto, foi objeto da análise supracitada o sistema de controles internos existente na unidade, com especial atenção para o Setor de Administração e Logística Policial, cujas rotinas foram consideradas relevantes para o regular desempenho orçamentário-financeiro da Unidade.

ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

8.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XLVIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

<i>Aspectos sobre a gestão ambiental</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<i>Licitações Sustentáveis</i>				X	
<i>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte</i>				X	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

<i>dos produtos e matérias primas.</i>					
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</i>	Coleta Seletiva, Utilização de papel reciclado, Interruptores Individuais, Lâmpadas Fluorescentes.				
<i>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</i>			X		
<i>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</i>			X		
<i>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</i>			X		
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</i>	-				
<i>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</i>			X		
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</i>	-				
<i>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</i>					X
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</i>	Papel				
<i>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</i>	X				
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</i>	-				
<i>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</i>	X				
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</i>	-				
<i>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</i>		X			
<i>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</i>	X				
<i>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</i>	X				
<i>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</i>	X				
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</i>	Disponibilização de folders.				
<i>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</i>					
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</i>	Foi implementado o Projeto Carbono com a plantação de árvores.				
Considerações Gerais:					
Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos: Considerando que área de licitações e de gerenciamento de contratos da SR/DPF/PB lidam diretamente com várias questões inerentes aos quesitos supracitados, o questionário foi respondido por 01 (um) funcionário lotado em cada um dos referidos setores. Foram desenvolvidos esforços no sentido de observar o disposto no Decreto nº 5.940, de 25/10/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e					



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

indireta, mediante a implementação em toda a unidade da Coleta Seletiva.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (OBS: Quanto aos campos 7, 8, 10, 11 e 12, a marcação nesse item em 2011 significa que não houve a ocorrência, embora a unidade quanto possível pratique essa medida).
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

9.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro XLIX - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	05	03
	João Pessoa	03	01
	Campina Grande	01	01
	Patos	01	01
Subtotal Brasil		05	03
EXTERIOR	PAÍS 1	00	00
	PAÍS "n"	00	00
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte:SELOG

Quadro L - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2010	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	03	03
	João Pessoa - PB	01	01
	Campina Grande - PB	01	01
	Patos - PB	01	01
Subtotal Brasil		03	03
EXTERIOR	PAÍS 1	00	00
	PAÍS "n"	00	00
Subtotal Exterior		00	03
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte: SELOG



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

**Quadro LI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob
Responsabilidade da UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel (*)	Instalações
200396	2051002285008	3	3	246.638,95	20/12/2006	246.638,95	99.497,31	0,00
200396	1981000685002	3	3	277.055,06	10/05/2011	277.055,06	0,00	0,00
200396	2117000125000	3	3	185.489,01	19/08/2011	185.489,01	0,00	0,00
Total							397.989,24	0,00

(*) Valores correspondentes ao gasto anual com vigilantes que trabalham fazendo a segurança das instalações prediais.

Fonte: SELOG

9.2) Análise Crítica

Os imóveis cedidos atualmente a SR/DPF/PB pela União tratam-se de 03 terrenos, para construção das sedes em João Pessoa, Campina Grande e Patos, sendo que os dois últimos pertenciam ao DNIT. A obra em Campina Grande já foi iniciada. Nos terrenos da João Pessoa e Patos, já murados, estão sendo guardados os veículos apreendidos. Estão todos em bom estado de conservação.

Destaque-se ainda que a unidade ainda não procedeu ao processo de avaliação dos bens (terrenos) e não realiza despesas com a manutenção desses terrenos, portanto, os campos relativos a esses dados no quadro LXXI ficaram sem informação.

ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

10.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro LII - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					00
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.		X			
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.				-	
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais:					
Metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos: As respostas aos quesitos foram apresentadas pelo Chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/PB, em 20/03/2012. Convém salientar que os dados referentes a planejamento estratégico da área em questão são obtidos junto à Coordenação de Tecnologia da Informação do DPF, em Brasília/DF. Adicionalmente, algumas ações executadas nesta Unidade Jurisdicionada, no contexto das diretrizes estabelecidas pelo Órgão Central encontram-se mais pormenorizadas em seção específica do presente Relatório.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) <i>Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</i>					
(2) <i>Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</i>					
(3) <i>Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</i>					
(4) <i>Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</i>					
(5) <i>Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</i>					

ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

11.1) Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constantes nos Decretos 5.355/2005, 6.370/2008, além do Decreto 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, e Instrução Normativa (IN) nº 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009-Ministério do Planejamento, Portaria nº 95-Ministério da Fazenda, de 19 de abril de 2002, bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta.

No âmbito interno, em 09 de novembro de 2009, foi expedida a Instrução Normativa nº 11/2009-Direção Geral do DPF, que alterou a IN nº 09/2008-Direção Geral do DPF, atualizando os procedimentos, consoante as Portarias (supracitadas) expedidas em 2009, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça.

Assim, a nova IN nº 011/2009-DG/DPF manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, estatuído no artigo 47 do Decreto nº 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridos, de forma prática e objetiva, na gestão de tais meio de execução da despesa pública, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Em 2011, nesta Unidade Jurisdicionada, houve redução da ordem de 5% (cinco por cento) nas despesas pagas mediante suprimento de fundos, em relação ao ano de 2010. Os montantes de gastos com Cartões de Pagamento do Governo Federal nos referidos exercícios estão expostos nos quadros abaixo.

Quadro LIII - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Em R\$ 1,00

<i>Unidade Gestora: 200397</i>		<i>Limite de Utilização da UG</i>			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
<i>Francisco Fernandes de Sousa</i>	<i>195.712.404-00</i>	<i>16.000,00</i>	<i>3.225,00</i>	<i>9.051,26</i>	<i>12.273,06</i>
<i>Antonio Carlos Marcos de Melo</i>	<i>165.321.474-00</i>	<i>8.000,00</i>	<i>0,00</i>	<i>8.000,00</i>	<i>8.000,00</i>
<i>Eduardo Aparecido Toledo</i>	<i>747.341.809-20</i>	<i>16.000,00</i>	<i>60,00</i>	<i>9.942,63</i>	<i>10.002,63</i>
<i>João Leite Sobrinho</i>	<i>032.978.984-88</i>	<i>14.300,00</i>	<i>2.750,00</i>	<i>6.153,70</i>	<i>8.903,70</i>
<i>Ednaldo Braga dos Santos</i>	<i>250.984.624-87</i>	<i>16.000,00</i>	<i>2.660,00</i>	<i>10.685,17</i>	<i>13.345,17</i>
<i>Ariosvaldo André Costa</i>	<i>518.552.834-68</i>	<i>8.000,00</i>	<i>800,00</i>	<i>5.826,70</i>	<i>6.626,70</i>
<i>Rosendo Lucena Alcântara</i>	<i>929.633.314-87</i>	<i>8.000,00</i>	<i>140,00</i>	<i>4.306,24</i>	<i>4.442,74</i>
*	*	<i>16.000,00</i>	<i>14.770,00</i>	<i>1.230,00</i>	<i>16.000,00</i>
*	*	<i>8.500,00</i>	<i>3.520,00</i>	<i>4.980,00</i>	<i>8.500,00</i>
*	*	<i>5.000,00</i>	<i>4.700,00</i>	<i>0,00</i>	<i>4.700,00</i>
*	*	<i>28.000,00</i>	<i>15.000,00</i>	<i>6.702,72</i>	<i>21.702,72</i>
*	*	<i>5.000,00</i>	<i>300,00</i>	<i>1.644,00</i>	<i>1.944,00</i>
<i>Total utilizado pela UG Sob o Regime de Pequeno Vulto</i>			<i>9.635,00</i>	<i>53.965,70</i>	<i>63.600,70</i>
Total utilizado pela UJ			47.925,00	68.522,42	116.447,42

**Obs.: Os supridos que executaram despesas sob o regime especial de execução tiveram seus nomes e CPFs omitidos nos campos específicos da, em observância ao §1º do art. 4º da Decisão Normativa TCU N° 108/2010.*

Quadro LIV – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Regime Especial de Execução)

Código da UG Funapol	200373		
Regime Especial de Execução		Valor Individual Concedido	Total Efetivamente aplicado



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

Total utilizado pela UG em 2011 sob o Regime Especial de Execução	62.500,00	52.846,72
Total utilizado pela UG em 2010 sob o Regime Especial de Execução	25.000,00	19.907,82

Quadro LV – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Em R\$ 1,00

UG 200397					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade ¹	Valor (a)	Quantidade ¹	Valor (b)	(a+b)
2009	-	-	35	53.874,14	53.874,14
2010	07	3.760,00	39	61.912,58	65.672,58
2011	26	9.635,00	33	53.965,70	63.600,70

FONTE: Siafi

ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

12.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado Da Paraíba não recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União no exercício de 2010.

12.2) Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do Tribunal de Contas da União para esta Unidade Jurisdicionada que tenham permanecido pendentes de atendimento no exercício de 2010.

12.3) Recomendações da CGU atendidas no exercício

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Paraíba também não recebeu recomendações da Controladoria-Geral da União para o exercício de 2011.

ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

13.1) Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ e Dificuldades Enfrentadas na Gestão

O combate aos crimes cibernéticos foi aprimorado, com a criação de um grupo especializado voltados para esse fim no DPF, denominado Grupo de Repressão a Crimes Cibernéticos-GRCC. A criação oficial desse Grupo representa um avanço na linha de atuação da Polícia Federal com vista a cumprir da melhor forma possível sua missão Constitucional de reprimir os crimes transnacionais. Essa nova estrutura irá permitir a especialização dos trabalhos e uma melhor capacitação dos policiais para o enfrentamento das organizações criminosas que se utilizam das novas tecnologias para ofender a sociedade e o Estado brasileiro. A instituição se deu por meio da Portaria nº



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

2720/2011-DG/DPF, de 22 de novembro de 2011. O GRCC, a partir da publicação desta portaria, começa a fazer parte do organograma da Polícia Federal, o que representa uma clara decisão da instituição em fortalecer o combate aos crimes cibernéticos, conforme previsto no seu planejamento estratégico.

13.2) Gestão com Qualidade e Perspectivas de Melhorias Futuras nos Controles Internos

No contexto da expansão do programa de gestão pública com qualidade em 2011, inicialmente deve ser destacada a instituição, em 2010, do Escritório de Gestão de Processos – EGPRO/GAB/DG e do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos – EGPE/GAB/DG, ambos vinculados ao Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, no âmbito da Polícia Federal, diretamente subordinados ao Diretor-Geral e com proposta de espelhamento para as unidades descentralizadas, no caso da SR/DPF/PB, diretamente ligado ao Gabinete do Superintendente Regional.

Com efeito, foi criado o Escritório de Gestão de Processos – EGPRO, mediante a Portaria nº 1246/2010-DG/DPF, de 09/08/2010, considerando a necessidade de: I) promover o alinhamento entre os processos e os objetivos institucionais e as ações estratégicas contidas no Plano Estratégico da Polícia Federal; II) definição de modelo para Gestão de Processos, sustentada por uma metodologia de identificação, mapeamento, diagnóstico, priorização e aperfeiçoamento de processos, que proporcione, dentre outros, a uniformização de conceitos e procedimentos no âmbito da instituição; e III) melhoria contínua na prestação de serviços ao cidadão, aumento da eficiência operacional, uniformização e simplificação de rotinas internas, redução de custos, minimização de erros e retrabalhos e automação de processos manuais.

Na seqüência, foi instituído o Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, por meio da Portaria 1990/2010-DG/DPF, de 30/11/2010, considerando o objetivo institucional do DPF de fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Com a formalização do início do projeto, o CIGE deu início às ações relacionadas à efetivação do escopo aprovado. Assim, nos próximos anos, há previsão de que sejam entregues produtos que englobam desde a identificação e o mapeamento dos processos relacionados à Gestão de Projetos, até a formalização de indicadores de desempenho adicionais para o DPF.

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – “Gespública” foi criado em 2005, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos brasileiros e para o aumento da competitividade do País.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

O momento atual do contexto brasileiro exhibe um conjunto de prioridades, tais como a necessidade de elevar os níveis de atendimento ao cidadão, de introduzir melhorias em processos estruturantes e de compartilhar boas práticas relacionadas às pessoas que formam as organizações.

Ante o exposto, há perspectivas futuras de criação de novos indicadores de desempenho aplicáveis à realidade das Regionais de Polícia Federal, com a colaboração do Centro Integrado de Gestão Estratégica do DPF, o que deverá fortalecer sobremaneira a qualidade dos gastos, os controles, as estratégias de atuação e a eficiência na prestação dos serviços públicos no âmbito desta Unidade Jurisdicionada.

13.2.2) Programa Carbono Neutro

Com relação a programas de sustentabilidade ambiental, no exercício de 2011 a Polícia Federal na Paraíba realizou ação de plantio de mudas de árvores para a compensação de gases de efeito estufa (GEE), gerada em todas as atividades desenvolvidas pela Unidade. Para o cálculo de medição do impacto ambiental, são levados em consideração: o consumo de combustível, energia elétrica, passagens aéreas e papel.

Embora a maneira mais eficiente de se fixar carbono seja através do plantio de espécies de crescimento rápido, a Polícia Federal preferiu utilizar mudas de espécies nativas e variadas contribuindo, também, para a preservação e recuperação dos biomas de cada região.

13.2.3) Implantação de Sistemas e Processos Eletrônicos

A Polícia Federal na é uma das Regionais pioneiras no DPF na adesão às novas ferramentas eletrônicas de gestão, a exemplo do E-Log (sistema eletrônico de gestão em logística) e do sistema de registro eletrônico de frequência – REF. Essas ferramentas, em conjunto com outras em processo de implementação, a exemplo do inquérito eletrônico – “e-PROC”, em utilização no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, trarão maior agilidade ao tramite processual e conseqüente redução de custos e prazos de tramitação entre as Instituições envolvidas. O inquérito policial sem papel gera economia, celeridade e comunicação instantânea com o Ministério Público Federal e com a Justiça Federal.

Atendendo aos mandamentos da Lei Federal 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, a Superintendência da Polícia Federal no Estado da Paraíba, seguindo diretriz da Direção Geral, tem desenvolvido esforços para cumprir orientações normativas editadas no sentido de que se estabelecem procedimentos e instruções para a instauração de inquéritos policiais, termos circunstanciados e demais expedientes de Polícia Judiciária da União no âmbito da SR/DPF/PB, bem como, a tramitação de tais peças perante a Justiça Federal e o Ministério Público Federal, tudo no sistema denominado “E-PROC”, administrado pelo TRF/5ª Região.



ITEM 1 DA PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. Declaração do Contador Responsável

Quadro LVI - Declaração do Contador Responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação Completa da (UJ):	Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DA PB – SR/DPF/PB	200396 - 200397
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora forma realizados pela Setorial Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 13/02/2012
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº 12534/O-8

Análise:

A unidade não conta com profissional da contabilidade para fazer as análises das demonstrações contábeis, essa atividade será realizada pela Setorial Contábil e inserida no Relatório de Gestão do Órgão Central.



SEÇÃO IV

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Sempre procurando melhorar as condições de trabalho dos servidores, a logística foi incrementada com aquisição de novas viaturas pelo Órgão Central, as quais serão distribuídas para todas as unidades, inclusive a SR/DPF/PB; foram adquiridos novos mobiliários e equipamentos de informática para a sede e para a Delegacia de Campina Grande. Foram recebidos materiais provenientes do Programa Promotec, direcionados principalmente para o Setor Técnico-Científico, contudo, sua efetiva operacionalização depende de construção do laboratório de química já em processo de licitação.

A cooperação e a política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, também possibilitou êxito de diversas operações desencadeadas.

Em junho de 2011, foi implantado, em âmbito estadual, o Sistema de Gerenciamento Policial – SIGEPOL, sistema Web, desenvolvido em software livre na SR/DPF/AC, destinado a gerenciar rotinas policiais e administrativas, com o objetivo de aperfeiçoar as tarefas desenvolvidas pelos servidores do Departamento de Polícia Federal. O SIGEPOL é uma suíte de aplicativos composta por diversos sistemas. No segundo semestre de 2011, a implantação do sistema foi consolidada nesta unidade e nas Delegacias que lhe são subordinadas.

Para dar continuidade ao atendimento aos usuários de TI nesta Unidade Jurisdicionada, o NTI preparou os Termos de Referência que irão orientar os processos licitatórios destinados à contratação de serviços nos moldes da Instrução Normativa nº 04/2010 do MPOG – contratação de serviços de telessuporte, manutenção de equipamentos de TI e suporte a servidores, rede, segurança da informação e rede de dados.

Na área de telefonia, foram realizados ajustes para operacionalizar os contratos firmados com as operadoras de telefonia local e móvel, o que possibilitou significativa redução nos custos de operacionalização desse serviço.

Trabalho contínuo vem sendo desenvolvido no sentido de aprimorar os controles sobre utilização de recursos a fim de permitir uma melhor utilização dos mesmos, visando o cumprimento da missão do DPF com o menor custo para a sociedade – incluindo utilização da infraestrutura da rede Dpfnet, utilização de espaço em disco, utilização de recursos de telefonia, entre outros.

As restrições e limitações encontradas para o desenvolvimento das atividades consistiram basicamente na escassez crônica de recursos humanos - principalmente nas atividades de apoio - e de recursos financeiros.

Foram enfrentadas dificuldades quanto aos limites orçamentários impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Unidade Jurisdicionada. Ações, junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Superintendência. Estratégias decorrentes também tiveram que ser adotadas em virtude de mudança de cenários durante a



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SR/DPF/PB
Relatório de Gestão Exercício de 2011

execução das ações, como consequência de outros problemas, como a crise econômica em alguns países da Europa, que acarretaram diretrizes para contenção de gastos governamentais.

Merece destaque ainda as dificuldades em relação à regularização do contrato de locação do imóvel Sede da SR/DPF/PB, contrato esse que venceu em dezembro de 2010 e que teve inviabilizada a sua renovação no exercício de 2011 por razões relacionadas às limitações orçamentárias é, posteriormente, à dificuldade em se obter a autorização do Ministério do Planejamento para assinatura desse contrato naquele exercício. Esse fato provocou a indesejada situação de pagamento do aluguel devido mediante processos de reconhecimento de dívidas.

Destaque-se finalmente que foram desenvolvidos esforços no sentido de sensibilizar a alta administração do Órgão e do Ministério da Justiça no sentido de fazer conter no PPA-2012/2015 a ação orçamentária específica com recursos suficientes à viabilização da construção da Sede própria dessa unidade na cidade de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba.

Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a SR/DPF/PB atuou no exercício de 2011, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, contribuindo de forma sistêmica para que o Órgão Polícia Federal pudesse alcançar os objetivos traçados para os programas de governo finalísticos para os quais o Órgão é chamado a contribuir, a exemplo do Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade, e nos demais Programas afetos às unidades da Polícia Federal na área de manutenção administrativa do Órgão.

MARCELLO DINIZ CORDEIRO
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
SR/DPF/PB